

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GRANDES E PEQUENOS PRODUTORES DE LARANJA  
FRENTE A MODERNIZAÇÃO:

Estratégias e Trajetórias

(Colônia Treze - Sergipe)

NEUZICE ANDRADE

CAMPINA GRANDE - PARAIBA  
Dezembro de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GRANDES E PEQUENOS PRODUTORES DE LARANJA  
FRENTE A MODERNIZAÇÃO:

Estratégias e Trajetórias

(Colônia Treze - Sergipe)

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em **Sociologia**, com Área de  
Concentração em Sociologia Rural da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para obtenção do  
**Grau de Mestre**

Orientadora: Dra. Ghislaine Duqué  
Aluna: Neuzice Andrade

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA  
Dezembro de 1992



A553g

Andrade, Neuzice

Grandes e pequenos produtores de laranja frente a modernização : estratégias e trajetórias (Colônia Treze - Sergipe) / Neuzice Andrade. - Campina Grande, 1992.  
128 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Rural 2. Grandes e Pequenos Produtores 3. Laranja - 4. Dissertação I. Duque, Ghislaine, Dra. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.334.55(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
COORD.DO CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA  
Av. Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Hall das Placas - Térreo  
Fax: (083)3331833 - Cep.58.109-970 - Tel.: (083)3331000 - R.143

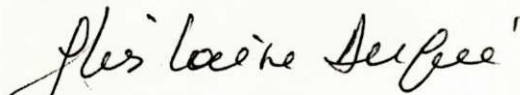
PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

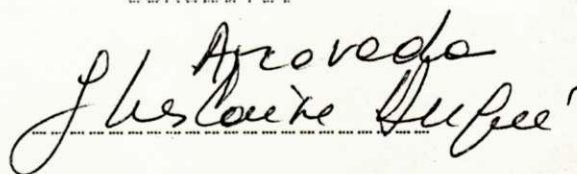
Neuzice Andrade

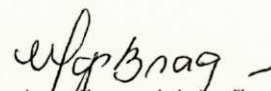
Título: "GRANDES E PEQUENOS PRODUTORES DE LARANJA FRENTE A  
MODERNIZAÇÃO: Estratégias e Trajetórias (Colônia Treze-  
SE)".

COMISSÃO EXAMINADORA:

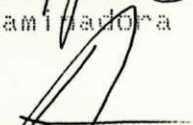
CONCEITO:

  
Ghislaine Duqué  
Presidente

  
Aprovada

  
Maria Goretti Serpa Braga  
Examinadora

  
Aprovada

  
Bernard Roux  
Examinador

  
Aprovado

CAMPINA GRANDE, 18 de dezembro de 1992



Aos meus pais

## AGRADECIMENTOS

Apesar da condição solitária que o trabalho de dissertação parece nos impor, na verdade muitas pessoas e instituições se fazem presentes contribuindo de uma forma ou de outra para a sua realização.

Em primeiro lugar devo agradecer de maneira especial à orientadora desta Dissertação - Professora Ghislaine Duqué -, que nos ajudou intensamente, tanto pelas suas cuidadosas e experientes explicações, quanto pelas suas valiosas críticas, na medida que nos cobrava a precisão e clareza que um trabalho científico requer. Aliado ao conhecimento acadêmico somos imensamente grata também pelo seu desprendimento e amizade que muito nos apoiou e incentivou nesta jornada.

A todos os professores do Mestrado em Sociologia pelos conhecimentos que nos transmitiram. Em particular às professoras Josefa Salete B Cavalcanti e Maria Cristina de Melo Mearin que muito nos motivaram durante todo o curso para esta caminhada inicial com a ciência.

Ao Mestrado de Economia através dos professores Reinaldo e Jurandir que nos apoiaram com os seus ensinamentos.

À EMATER-SE/EMDAGRO que contribuiu com o financiamento do curso.

À CAPES que nos ajudou através de uma bolsa de estudos.

À Luiz Alberto Siqueira na qualidade de Ex-Presidente da EMATER-SE, pelo seu apoio e confiança, permitindo a minha saída para o Mestrado.

A Etélio Carvalho Prado atual Presidente da EMDAGRO, que da mesma forma deu continuidade ao apoio e atenção necessários para a conclusão deste trabalho. Este reconhecimento é extensivo também a Pedro Calazans e Sérgio Santana, Diretores da EMDAGRO.

A Paulo Carvalho Viana e Edmilson Machado, ambos na qualidade de Secretários de Estado da Agricultura que nos apoiaram no processo de licenciamento do Estado.

A Manoel Hora Batista delegado do INCRA em Sergipe, pelo apoio que sempre nos transmitiu, sobretudo pela sua atenção e compromisso, colocando as informações do INCRA em favor da ciência e pelo produtor rural.

A diversos colegas da EMDAGRO-Aracaju, que nos apoiaram de diversas maneiras. Seja nas discussões técnicas, seja no apoio material com informações de grande valia, ou até mesmo pelo gesto de solidariedade. De antemão peço desculpas por não listar todos os nomes, mas gostaria de através de alguns colegas representar a todos: Carlos França M. de Moraes, José Holanda Neto, Walter Ferreira Ramos, José Raimundo Almeida, Anselmo Maia, Maria Teles, Josefa Vilma e Helena Eugênia. E por último a Ana Lúcia ajudando-nos na correção de digitação deste trabalho.

A equipe da EMDAGRO - Colônia Treze pelas discussões e acolhida naquele escritório durante a pesquisa de campo. Muito especialmente quero agradecer ao colega Silva, com quem travamos as primeiras conversas que alicerçaram o reconhecimento da área.

Aos colegas do curso de Mestrado com quem trocamos conhecimentos profícuos em uma convivência salutar: Humberto, Sandra, Adriano, Severino, Socorro, Lucinete e Paulo.

Aos Funcionários do Mestrado em Sociologia, João, Vera, Paulo e Cássia pela atenção que sempre nos dispensaram no apoio burocrático, como também pela solidariedade que nos transmitiram neste período árduo do cumprimento da dissertação. Em especial quero frisar o desdobramento de Paulo apoiando-nos no trabalho de digitação.

Da mesma forma quero agradecer a todos os funcionários do Mestrado em Economia e aos funcionários do Banco de Dados pelo apoio irrestrito que sempre recebemos, especialmente de Rosecler.

A minha amiga Claudia Queiroz com quem sempre patilhamos as angústias e ansiedades típicas do processo de Dissertação.

A Fernanda Santos do Departamento de Economia que me acolheu em sua casa e com sua amizade no período mais intenso deste trabalho. Da mesma forma quero agradecer a André e a Ricardo onde encontrei a morada ocasional em Campina Grande, sempre que necessitei.

Com muita ênfase quero agradecer àqueles que deram vida à temática desta Dissertação. Aos produtores da Colônia Treze que nos receberam espontaneamente e se dispuseram a nos relatar suas experiências.

Aos professores da Gnosis de Campina Grande, Aracajú e João Pessoa que nos apoiaram neste mesmo período, despertando-nos a trilhar também pelo trabalho do auto-conhecimento. É extensivo a todos os colegas de grupo.

Por fim, aos meus pais e toda a minha família, que nos apoiaram com sua afetividade durante todo tempo, compreendendo este período atípico que a dissertação nos impõe.

## R E S U M O

O objetivo desta dissertação é analisar trajetórias ascendentes e descendentes dos produtores, frente à modernização induzida.

O trabalho de pesquisa se desenvolveu junto aos produtores de laranja da Colônia Treze - Lagarto-Sergipe, porque percebíamos que os efeitos da política estatal dos pacotes modernizantes estão ali fortemente marcados, tanto pelo grau de enriquecimento de uns, quanto pelo empobrecimento de outros. Estas contradições resultantes do modelo estão refletidas nos diferentes níveis de apropriação de bens e formação de patrimônio das diferentes categorias de produtores.

## S U M Á R I O

### INTRODUÇÃO

1. O objeto de estudo e sua relevância
2. Metodologia
  - 2.1. O Caso estudado
  - 2.2. Passos da pesquisa e as técnicas
  - 2.3. Definição dos conceitos

### CAPÍTULO I - O CONTEXTO SOCIO ECONÔMICO DA PESQUISA

1. Aspectos físicos e econômicos da área de pesquisa.
2. A produção da laranja - seu papel no contexto econômico

### CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DA COLÔNIA COOPERATIVADA DO TREZE

1. Do latifúndio à Colônia Privada "Antônio Martins"
2. Da Colônia privada à Colônia Cooperativada do Treze -  
COOPERTREZE

### CAPÍTULO III - OS PRODUTORES E SUAS ESTRATÉGIAS

1. Os produtores da Colônia Treze e suas origens
2. As estratégias na produção agropecuária
  - 2.1. A laranja
  - 2.2. A pecuária bovina
  - 2.3. O fumo
  - 2.4. O maracujá
  - 2.5. A mandioca e outros cultivos de subsistência.

### **3. As Estratégias Complementares**

#### **3.1. A Intermediação dos produtores agrícolas**

##### **3.1.1. O caso dos grandes produtores**

###### **3.1.1.a A laranja e os viveiros**

###### **3.1.1.b O gado e o leite**

##### **3.1.2. A intermediação pelos médios e pequenos produtores**

#### **3.2. As casas comerciais**

#### **3.3. Os pequenos negócios**

#### **3.4. Os empregos**

### **4. O fator mão-de-obra**

#### **4.1. Trabalho Manual ou Mecanizado ? - O Fator Custo na Unidade Familiar**

#### **4.2. O Assalariamento Permanente e Temporário Versus Trabalho Familiar.**

## **CAPÍTULO IV- OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO E SEUS EFEITOS NAS TRAJETÓRIAS DOS PRODUTORES**

### **1. A política do Crédito Rural**

### **2. A Assistência Técnica e Extensão Rural**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

## **Anexos: MAPAS e QUADROS**



## MAPAS, QUADROS E TABELAS

Mapa 1: O Estado de Sergipe e localização geográfica da Microrregião Agreste de Lagarto.....	115
Mapa 2: O Estado de Sergipe a Microrregião Agreste de Lagarto e a Colônia Treze.....	116
Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos por grupos de área no município de Lagarto - Sergipe, 1985.....	19
Tabela 2: Distribuição dos estabelecimentos por grupos de área no município de Lagarto - Sergipe, 1985 (discrimi- nação dos estabelecimentos menores).....	19
Tabela 3: Distribuição dos lotes do Treze por grupos de área..	20
Tabela 4: Área plantada área colhida, produção e Produtividade da Laranja no Estado de Sergipe. 1974-1991.....	27
Tabela 5: Demonstrativo da área e loteamento para colonos segundo Núcleos ou Pistas - COOPERTREZE, 1981.....	39
Quadro 1: Custo de Implantação de 1 ha de Laranja, 1992.....	117
Quadro 2: Mão-de-obra familiar assalariamento e mecanização x Tamanho da família e Consumidores atualmente na unidade familiar.....	118

Quadro 3: Relação dos produtores com a terra: Antes do Treze e atualmente; Idade; Escolaridade e profissão.....	119
Quadro 4: Diversificação das explorações agropecuárias segundo as estratégias dos produtores. Ano agrícola 90/91 Colônia Treze - SE.....	120
Quadro 5: Atividade agropecuárias e atividades complementares na renda dos produtores do Treze - SE. 1991.....	121
Quadro 6: Benefícios trazidos pela Cooperativa, segundo os informantes.....	122
Quadro 7: Forma de aquisição da terra pelos informantes.....	123
Quadro 8: Custo de implantação de 1 ha de maracujá, 1992.....	124
Quadro 9: Custo de implantação de 1 ha de mandioca, 1992.....	125
Quadro 10: Custo de implantação de 1 ha de fumo, 1992.....	126
Quadro 11: Calendário agrícola das culturas de laranja, maracujá, mandioca e fumo.....	128

## INTRODUÇÃO

### 1. O objeto de estudo e sua relevância

O problema que nos propomos investigar remonta ao tempo da nossa prática de trabalho na EMATER-SE, <sup>(1)</sup> (desde os anos 70) assessorando atividades do Planejamento Agrícola.

A nossa ação nesse planejamento estatal consistia em viabilizar o próprio modelo da modernização "induzida" na medida que nos competia: acompanhar e avaliar o cumprimento de metas dos pacotes tecnológicos; elaborar programas e projetos de "desenvolvimento" rural e/ou coordenar as ações do planejamento da extensão em Sergipe.

Como se sabe, a base da modernização brasileira foi pensada objetivando a elevação da produtividade do trabalho calcada na intensificação da tecnificação; no uso maciço de insumos industriais e no aumento da exportação de produtos agrícolas. (Cf. Kageyama segundo Martine: 1987)

Aliado a essa característica voltada especificamente para o progresso tecnológico da agricultura, o modelo foi

---

(1) Com a extinção do Sistema EMBRATER, no bojo das políticas da Reforma Administrativa do Governo Collor, as EMATERs passaram por redefinições nos seus planos programáticos a nível de cada Estado. Em Sergipe a partir de 1991, a EMATER-SE foi reestruturada, passando a denominar-se EMDAGRO - Empresa Agropecuária.

concebido para um público específico. Daí que os pacotes tecnológicos incentivados pelas políticas agrícolas favoreceram prioritariamente aos médios e grandes produtores em detrimento dos pequenos. (Martine, 1987:33)

Outro traço fundamental dessa modernização induzida foi a concessão de créditos altamente subsidiados e seu atrelamento à utilização de insumos e práticas predeterminadas, como condição para a elevação da produção em grande escala e em curto espaço de tempo. (Cf. Kageyama segundo Martine: 1991).

A questão que se coloca sobre os efeitos dessa modernização remete a uma afirmativa que se propala (entre os agentes sociais executores das políticas agrícolas e principalmente entre os planejadores nas instâncias maiores onde as políticas são definidas), de que "o progresso" dos produtores deve-se essencialmente à adoção de técnicas modernas e utilização do crédito rural.

Ora a experiência demonstra que os produtores que se aventuram na modernização nem sempre conseguem os mesmos resultados. Alguns atingem elevados níveis de acumulação; outros conseguem níveis medianos; enquanto que para outros os mesmos instrumentos contribuem para sua pauperização.

Quanto aos produtores que por diversas razões não adotam os instrumentos da modernização, sua conduta continua a ser interpretada preconceituosamente: estes seriam "não receptivos", "preguiçosos", etc. Não será preciso procurar os verdadeiros motivos dessa recusa? Aliás, vale frisar que os segmentos mais pobres do mundo rural estão simplesmente afastados do "progresso", uma vez que são excluídos do crédito e da

assistência técnica, pelo fato de não terem o privilégio do acesso a terra.

Dalí o interesse de nossa pesquisa sobre esta problemática, porque entendemos que os fatores de sucesso dos produtores rurais não podem ser resumidos apenas aos mecanismos do crédito e da assistência técnica. Esta equação não é assim tão infalível, uma vez que nem sempre esses instrumentos da modernização levam automaticamente ao "progresso". Um conjunto de circunstâncias muito mais complexas interfere nas trajetórias dos produtores podendo fazer desses instrumentos muitas vezes uma armadilha.

Para assegurar o progresso dos produtores, não será preciso ir além deste pre-requisito esquemático da incorporação do crédito e da assistência técnica? Não será necessário alinhar outros pressupostos que se interpõem nas trajetórias dos produtores e que podem ser determinantes da ascensão, da estagnação ou da pauperização?

Quando começamos nossa pesquisa, imaginávamos que íamos encontrar vários outros fatores determinantes do progresso dos produtores, como de fato encontramos. Estes fatores podem ser objetivos tais como: terra disponível, conjuntura econômica, como também subjetivos, inerentes à condição do produtor: idade, nível de escolaridade, tamanho da família, mão-de-obra disponível etc. .pa

Como a pesquisa mostrou e como detalharemos na conclusão deste trabalho, a questão é muito mais relevante e complexa do que percebíamos inicialmente. Pensamos que ela merece ser

aprofundada especialmente pelos profissionais do setor agrícola, porque é de um novo posicionamento sobre esta questão que poderá depender o futuro de um grande número de produtores rurais.

Decidimos estudar as trajetórias desses produtores a partir de dois enfoques. O da temática da modernização "conservadora", como "lógica externa" imposta aos produtores, e a temática da "produção familiar", integrada com o mercado e com o progresso tecnológico, contudo com comportamento e decisões regidas por uma "lógica interna" própria.

## **2. Metodologia**

### **2.1. O Caso estudado.**

Para tratar desta problemática, decidimos partir de um estudo de caso, apresentando uma diversidade de situações que agrega o conjunto dessas contradições.

Trata-se de produtores de uma área que foi objeto, em 1959, de um processo de colonização particular. Denomina-se Colônia Treze, e situa-se na município de Largato-SE, parte Centro-Sul do Estado. (Ver mapa 2 pag. 116) A partir de 1962, esta Colônia foi contemplada pela ação estatal cooperativista, e daí passou a ser alvo de "privilégios" mas também de "interesses" da modernização em vigor.

Os produtores do Treze têm sua base econômica assentada na produção de laranja, (resultante da intervenção modernizante), combinada com diversas outras atividades.

Existem dois tipos distintos de produtores na Colônia Treze, no tocante à relação com a terra e na relação com a

Cooperativa, a saber:

1. O Grupo A - Trata-se de produtores que inicialmente não possuíam terra, ou apenas tinham pequenas parcelas de má qualidade fora do Treze. Iniciaram suas trajetórias no Treze a partir de uma partilha de terra <sup>(1)</sup> financiada pelo crédito institucional, através da Cooperativa Treze.

Todos os produtores mantiveram inicialmente relação direta e obrigatória com o cooperativa <sup>(2)</sup> - entidade que concentrava as ações do aparato estatal.

Tinham obrigação de adotar as inovações tecnológicas transmitidas pelos técnicos do Serviço de Extensão Rural. Da mesma forma tinham acesso ao crédito de custeio e investimento; aos insumos repassados pela cooperativa e Extensão Rural tais como: adubos químicos, sementes e mudas selecionadas, defensivos etc. Tinham também acesso aos tratores da Cooperativa com pagamento facilitado.

-----  
(1)Ver Capítulo II-2 a história desta partilha.

(2)O rompimento dessa relação só pode ocorrer ainda hoje, mediante a quitação de dívida da terra.



Tudo isso se deu na década de 60, coincidente com a implantação dos pacotes modernizantes.

2. Grupo B: Trata-se de produtores que se estabeleceram no Treze adquirindo terras de produtores já instalados na área (Grupo A. desistentes), ou recebendo dos pais terras que não pertenciam a cooperativa.

Eles não tinham obrigação de pertencer a Cooperativa, porém a maioria se cooperou. Alguns no entanto só fizeram em uma época mais recente quando a política se tinha tornado menos favorável. Para os médios e grandes produtores não era permitida a associação com a Cooperativa inicialmente, mas estes tiveram acesso às políticas agrícolas da assistência técnica e do crédito diretamente com os órgãos. Os pequenos produtores não cooperados só se tornaram público potencial da assistência técnica e do crédito a partir da implantação do Projeto POLONORDESTE em Sergipe (1976).

Os insumos agrícolas também foram disponíveis para os médios e grandes produtores através do crédito bancário, mesmo porque, até a primeira metade da década de 70, os insumos eram atrelados à concessão de custeio pelo Banco.

## **2.2. Os passos da pesquisa e as técnicas**

Para uma primeira aproximação com a realidade, recorri a:

- Entrevistas abertas com roteiro semi-estruturado; 12 entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a abril de 1991, contemplando produtores de ambos os grupos acima referidos, representando as diversas faixas de áreas existentes

(de 1,5ha a mais de 500ha).

A seguir apliquei 20 questionários semi-abertos: 5 para os produtores que demonstravam de maneira mais clara situação de prosperidade; 3 àqueles que demonstravam ser mais fracassados e os últimos 13 para os produtores em situação média - a maioria deles. Tive o cuidado de procurar em cada categoria representantes dos grupos cooperados e não cooperados, bem como habitantes da área urbana e da zona rural. Tentei também tomar em conta outras características por exemplo: as faixas etárias dos produtores mais idosos, e antigos na localidade, que pudessem resgatar a história da Colônia Treze; e outros mais jovens; produtores apresentando maior grau de riqueza <sup>(1)</sup>; produtores com sinais externos de maior pobreza (escolhidos aleatoriamente), etc. Ver mais adiante os conceitos de riqueza e pobreza utilizados.

Mas muitas vezes a conversa iniciada a partir do questionário, transformava-se em longo depoimento pessoal, resgatando toda a história do produtor.

Passamos então a recolher sistematicamente depoimentos das trajetórias de vida de vários produtores. Selecionando em

---

(1) Para esses levei em conta as indicações dos meus informantes - produtores e técnicos

um primeiro tempo, alguns mais idosos e a seguir independentemente da idade, os 5 que demonstravam sinais externos de riqueza, mais 13 em condição média e finalmente 3 que pareciam particularmente empobrecidos.

Além do mais recolhi informações mais pontuais sobre a história da Cooperativa com o Presidente atual e os anteriores, bem como sobre fatos específicos com diversos técnicos e pessoas pioneiras na formação da Colônia Treze.

Algumas dificuldades se interpuseram, resultando em limites para a obtenção dos dados quantitativos.

A grande maioria dos produtores teve dificuldade de responder às questões relativas a receitas x despesas ou rendas líquidas auferidas, pelo fato de não estarem habituados a efetuar a contabilidade dos seus negócios. Além do mais, sempre se mostravam desconfiados e omissos quando nos referíamos a este tipo de informações.

Entendemos que para isto seria necessário um tempo mais prolongado de convivência com os informantes, mas os limites impostos pelo tempo não nos permitiram a repetição das visitas com o mesmo produtor.

O caráter semi-aberto dos instrumentos utilizados, (depoimentos entrevistas e as questões abertas dos questionários) não favoreceu a homogeneidade na apresentação das informações. Se por um lado foi bastante rico, porque permitiu um conhecimento mais detalhado "por dentro" das trajetórias individuais de cada um, por outro lado dificultou a mensuração da incidência de determinados fatores.

Dessa forma, nossas considerações e avaliações se

baseiam em grande medida nas informações qualitativas dadas pelos produtores, nos questionários, nas entrevistas e nos relatos de vida somados a nossa observação pessoal. Entendemos que o caráter qualitativo não invalida contudo a veracidade constatada, haja visto que no Treze todos os produtores se conhecem, de forma que percebemos uma verdadeira reafirmação das trajetórias principalmente os casos extremos (os mais ricos ou os mais pobres), ventilados espontaneamente pelos nossos informantes. Além dessas evidências terminamos percebendo que as informações quantitativas não teriam tanta relevância para nossa investigação, já que para a constatação de situação de riqueza ou pobreza, os sinais exteriores falam por si.

### 2.3. Definição dos conceitos

A categoria "rico" ou "enriquecido" se refere aos produtores do Treze que mais se sobressaem em termos de capitalização, ou seja, são aqueles que galgaram um padrão econômico que lhes permitiu o acesso aos bens de consumo, tais como: saúde, educação escolar dos filhos e habitação de boa qualidade etc. Este "enriquecimento" é facilmente visualizado pelo grau de apropriação de bens ou do patrimônio formado pelo produtor: Aquisição de terras, de máquinas e implementos, gado, construções e benfeitorias, abertura de comércio, como também pelo volume de produção colhida e comercializada, sendo que esta diretamente relacionada com o tamanho da área cultivada com laranja e com pastagens (para

bovinos geralmente), como também com o nível e a quantidade de tecnologias utilizadas.

Os médios produtores representam a grande maioria, dos colonos do Treze embora com variações no domínio dos meios de produção e nas estratégias de sobrevivências. Neste grupo encontra-se a grande maioria apresentando características típicas de produtores familiares. Trabalham com mão de obra dos filhos mas também com assalariados temporários. Geralmente associam à exploração comercial predominante - a laranja -, uma pequena policultura: mandioca, batata, milho, feijão, inhame etc, destinada ao consumo familiar e vendem às vezes o excedente. Alguns se dedicam também a pequenos comércios (feirantes).

(1)  
A categoria dos "pobres" ou os "mais pobres" designa os produtores com sinais externos de maiores dificuldades ou pobreza. Possuem diminutas áreas de terra (2) principalmente depois que passaram a repartir a terra com numerosos descendentes. A atividade comercial de peso, geralmente é o fumo, cultivado em terras arrendadas ou doadas pelos

-----  
(1) Em comparação com a maioria dos produtores familiares do Estado poder-se-ia considerá-los pobres remediados

(2) Um deles (nosso informante) chegou a perder a sua terra em consequência de investimentos infelizes

citricultores. A plantação da laranja não chega a ser cultivado em grande escala, dada a limitação da terra. A categoria de trajetórias "ascendente" ou "descendente" só pode ser verificada com a apresentação da pesquisa, comparando a situação na ocasião da pesquisa com a situação anterior segundo as informações dos produtores.

Falando de trajetórias "ascendentes" e "descendentes" não queremos inferir que exista um padrão de ascensão idêntico para todos. Pode indicar a passagem da condição de proletário a produtores familiares proprietários ou até mesmo empresários capitalistas. Isto implica em dizer que pode representar mudança de classe social em alguns casos e em outros, apenas melhoria de vida em relação à condição anterior.

A categoria descendente caracteriza o declínio daqueles produtores que apesar de estarem inseridos nos mecanismos de modernização e serem potencialmente beneficiados pelos mesmos, estagnaram, ou até mesmo pioraram de condição de vida.

Dividimos o conteúdo desta dissertação em quatro capítulos: O primeiro capítulo trata dos aspectos físicos e econômicos da área da pesquisa; estrutura fundiária dominante no Estado e na área da pesquisa, as características geográficas da área etc. Ainda neste capítulo fazemos uma rápida discussão sobre o papel da laranja no setor agrícola sergipano, verificando-se o lugar que essa produção ocupa atualmente no Nordeste e no país. No segundo capítulo retraceamos a história da

Colônia Treze desde os anos 50, enfocando as diferentes fases que se passaram nesta realidade. Inicialmente a história da terra foi marcada pelo poder econômico e político do latifundiário; em seguida o latifúndio se transforma em um projeto de colonização particular financiada pela política estatal e daí transformando-se em um projeto de colonização cooperativada desde o ano de 1962.

O terceiro capítulo refere-se aos produtores e suas estratégias de produção em diferentes atividades agrícolas e não agrícolas. No quarto e último capítulo discutimos os efeitos dos principais instrumentos de intervenção estatal nas trajetórias dos produtores do Treze.



## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO DA PESQUISA

#### 1. Aspectos físicos e econômicos da área de pesquisa

O estado de Sergipe onde se situa o caso estudado, tem uma extensão territorial de 21.994 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,4% da Região Nordeste e 0,3% em relação ao país, configurando-se como o menor Estado da Federação. Possui uma população de 1.492.400 habitantes, representativos de uma demográfica de 67,85 hab/km<sup>2</sup> (FIBGE, Censo de 1991).

O Estado conta com uma estrutura fundiária bastante concentrada. Segundo dados da FIBGE - Censo Agropecuário de Sergipe, existiam em 1985: 115.271 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área total de 1.918.508 ha. Desses estabelecimentos, cerca de 94% correspondem aos de pequenos agricultores com área de 0 a menos 50 ha, mas detêm da área total apenas 29% das terras, ou seja 562.248 ha. Enquanto isso os 71% da área restantes pertencem a apenas 6% dos estabelecimentos, com área de 50ha e mais. Estão no domínio dos médios e grandes produtores.

Resumindo:

Especificação	Estabelec.		Área	
	No	%	ha	%
Peq. Agricultor ( 0 a < 20 ha)	100.562	87	316.606	16
Médio Agric. (21 a < 50 ha)	7.742	7	245.642	13
<b>Sub-Total ( 0 a &lt; 50 ha)</b>	<b>108.304</b>	<b>94</b>	<b>562.248</b>	<b>29</b>
Grd. Agric. (50 ha e mais)	6.967	6	1.356.260	71
<b>Total(1)</b>	<b>115.271</b>	<b>100</b>	<b>1.918.508</b>	<b>100</b>

(1) Estamos utilizando o critério das Estaduais (EMATER-SE e Projeto Nordeste), as quais caracterizam os produtores da Região Sul e centro Sul do Estado segundo o tamanho da área, conforme a classificação acima.

O município de Lagarto onde realizamos nossa pesquisa está situado na Microrregião Agreste de Lagarto - parte Centro Sul do Estado. Conta com uma área de 1.036 km<sup>2</sup>, e é o segundo município do Estado em extensão territorial. Sua população residente em 1991, segundo Censo da FIBGE, é de 72.366 habitantes entre homens e mulheres. Disso decorre uma densidade demográfica relativamente acentuada, 69,85 hab/km<sup>2</sup>, superada na região apenas pelo município de Boquim, 93,53 hab/km<sup>2</sup> (o maior produtor de laranja).

A vegetação típica da região, segundo estudos da Secretaria de Estado da Agricultura, caracteriza-se pela seguinte composição:

- Superinifólia - típica das culturas perenes (árvores de médio e grande porte - (a exemplo da laranja), localizada em áreas mais úmidas.

- Subcaducifólia - culturas de porte médio a pequeno, aproximando-se dos arbustos característicos das culturas de ciclo curto.

- Cerrados - correspondentes aos tabuleiros - vegetação característica de solos com baixa fertilidade natural.

- E a caatinga de caráter xerófilo nas áreas mais secas.

O município localiza-se entre os rios Piauí e Vasa-Barris, sendo o Piauí o maior da região; drenando uma área de aproximadamente 2.269 km<sup>2</sup>. Serras também fazem parte do seu cenário: Oiteiros é a principal com 500 m de altitude, seguida por Jenipapo e Boeiro.

Este conjunto contribui para as baixas temperaturas e elevadas precipitações pluviométricas. A pluviosidade média anual atinge aos 1.200mm; a temperatura média é de 24 graus centígrados, com umidade relativa entre 87,5% máxima, e 64,3% mínima, favoráveis aos cultivos cítricos na região.

Com relação à estrutura fundiária, o município guarda a mesma conformação concentrada do Estado. Predominam os minifúndios com diminutas áreas de terra que se repartem entre a maioria da população rural, enquanto a minoria dos produtores detém a grande maioria das terras. Passemos aos dados:

- Os pequenos estabelecimentos (com área de 0 a menos de 50ha), representam 97% do total dos estabelecimentos, embora ocupem apenas 30% das terras.

- Os médios e grandes estabelecimentos, (considerados para a região aqueles a partir de 50ha), representam 3% do total dos estabelecimentos nos possuem 70% da área total. A tabela 1 sintetiza estas informações. (pag. 19)

A concentração mostra-se ainda mais acentuada quando visualiza-se na tabela 2, que a maioria dos pequenos estabelecimentos possuem áreas que se situam em faixas extremamente reduzidas, inviáveis para produzir comercialmente a agricultura básica do município, - a laranja, e sobretudo para garantir a manutenção de uma unidade familiar.

Para uma análise mais acurada, necessitaríamos contudo do cadastramento de produtores pelo INCRA, pois é característico também neste município, encontrarmos proprietários com mais de um estabelecimento, em áreas separadas ou contíguas. A Colônia Treze

é um exemplo típico deste fato. Os estabelecimentos da área da Cooperativa são em número de 901 (equivalentes a lotes). Ver a tabela 3 pag. 20). Estes lotes são de propriedade de apenas 699 produtores sendo que os 202 excedentes são quase na totalidade de propriedade dos "enriquecidos". Excluem-se apenas alguns casos de pequenos produtores (40 aproximadamente), que foram contemplados com um segundo lote, face ao reduzido tamanho das primeiras áreas partilhadas pela Cooperativa.

A Colônia Treze situa-se a 64 km de Aracaju e a aproximadamente 13 km da sede do município de Lagarto. Fica a margem da rodovia BR-SE-216 no Sul do município de Lagarto, ocupando pequenas áreas dos municípios de Salgado e Boquim. Sua localização é bastante privilegiada, fazendo da localidade um importante centro de convergência das estradas que dão acesso direto a sede dos 3 municípios citados. Constitui-se fator importante para as relações da população trezeana, principalmente pelo nível de desenvolvimento das cidades de Boquim e Lagarto.

Os solos da Colônia Treze abrangem uma associação de latossolo e podzólicos (1), ambos do tipo vermelho-amarelo. Os primeiros encontrados mais frequentemente nos "topos" dos tabuleiros; são férteis mais extremamente ácidos e por isso necessitam de corretivos e adubos químicos ou orgânicos. Apresentam uma topografia com suaves declives, adequando-se bem.1s0

---

(1) Para maiores informações consultar o documento Projeto de Colonização COOPERTREZE, 1977.

ao uso de mecanização. Mais às encostas dos tabuleiros encontram-se solos do tipo podzólico; estes além de dotados da baixa fertilidade natural, são menos profundos e situam-se em relevos mais acidentados que os primeiros. Estão portanto mais expostos à erosão.

Não obstante estas deficiências, o conjunto das condições edafo-climáticas é favorável ao cultivo da laranja e de outras variedades cítricas, requerendo contudo o uso de tecnologias apropriadas de fertilização e correção do solos.

Não há levantamento demográfico preciso sobre a população da área do Treze mas as informações disponíveis na EMATER-SE/EMDAGRO, 1989(1), apontam para uma população de aproximadamente 18.000 pessoas residentes, entre zona rural e urbana. O levantamento de domicílios efetuados pelo IESAP (Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados), Sergipe 1987, indica um total de 2797 domicílios, contudo existem variações no número de localidade que compõem o Treze.(2)

Tomando-se como referência as áreas de loteamento da Cooperativa, em torno de 6.500 ha, estima-se que a área do treze situa-se acima dos 65 km<sup>2</sup>.

Apesar de sua origem relativamente recente (final dos anos 50), a Colônia Treze apresenta-se hoje como o distrito ou povoado de maior crescimento econômico, no Estado..1s1

---

(1) Plano de Ação Local

(2) Acreditamos que a partir da liberação do recenseamento do IBGE, 1991, realizado a nível de povoado, poderá se estabelecer um referencial mais preciso.

Outro aspecto do florescimento e crescimento da localidade se manifesta nas obras e serviços de estrutura que apresentam características urbanas. Comercio diversificado, serviço de saúde, educação, telefones residenciais, clubes recreativos, escritório da Extensão Rural, Agência Bancária, Correios e Telégrafos e a própria Cooperativa.

Disso decorrem outros traços citadinos: Empregos urbanos (apesar do número reduzido comparado à oferta de mão de obra existente), transportes coletivos diários de Ônibus com fluxo e refluxo variado, no sentido Aracaju e cidades adjacentes. Poder-se-ia afirmar que ali os antagonismos cidade x campo são menos marcantes que em qualquer outro povoado do Estado.

Estes fatos tem levado a uma ação política por parte dos grandes produtores, no sentido de reivindicar para a Colônia Treze a condição de cidade.

Acrescentem-se também alguns traços que caracterizam a zona rural, denotando a marca nítida de um projeto planejado, com injeção de recursos externos: Os lotes ou sítios dos agricultores estão dispostos em largas pistas e as casas se dispõem lado a lado e em frente, como se fossem sítios urbanos. Geralmente as casas rurais, assim como algumas urbanas, ainda guardam sinais das primeiras construções padronizadas ocorridas no início da Colônia.

Pelo estilo parecem uma mescla de casas de fazenda com traços de casas urbanas. Enfim o conjunto rural forma um panorama muito diferente das costumeiras veredas e habitações de taipa que caracterizam normalmente o tradicional meio rural do Estado.

TABELA 1

Distribuição dos estabelecimentos por grupos de área total no município de Lagarto, Sergipe, 1985.

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos		Área total	
	n.	%	ha	%
De 0 a menos 20	6.403	93	18.005	20
20 a menos 50	275	4	8.678	10
50 e mais	242	3	63.173	70
Total	6.920	100	89.856	100

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de Sergipe, 1985)

TABELA 2

Descriminação dos estabelecimentos por grupo de área no município de Lagarto - Sergipe, 1985. (Descriminação dos estabelecimentos menores)

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos		Área total	
	n.	%	ha	%
Menos de 1 ha	2.415	35	1.380	1
1 a menos de 2	1.470	21	2.167	2
2 a menos de 5	1.620	23	5.141	6
5 a menos de 10	528	8	4.116	5
10 a menos de 10	370	5	5.201	6
20 a menos de 50	275	4	8.678	10
Sub Total 0 a < 50	6.628	97	26.683	30
50 e mais	242	3	63.173	70
Total	6.920	100	89.856	100

Fonte: Censo Agropecuário de Sergipe, 1985



TABELA 3

Descriminação dos lotes do Treze por grupos de área.

Grupos de Área (ha)	Lotes		Área total	
	n.	%	ha	%
0 a menos de 1,5	165	18	229	6
1,5 a menos de 3,0	99	11	208	4
3,0 a menos de 6,0	391	43	1.888	40
6,0 a menos de 15,0	230	26	2.012	43
15,0 e mais	16	2	318	7
Total	901	100	4.655	100

Fonte: Cooperativa Treze (Dados levantados a partir da relação nominal dos agricultores e respectivos lotes) - 1982.

Estes dados não tomam em consideração a área de expansão ulterior do Treze.

## 2. A Produção de Laranja - Seu Papel no Contexto Sócio Econômico

Os primeiros plantios de laranja em Sergipe, remontam a períodos anteriores aos incentivos da modernização. Datam de 1918-1920. Eram pequenas plantações produzidas sem fins comerciais - a laranja d'água existente no município de Boquim.

Contam os escritos oficiais <sup>1</sup>, que o início da produção em bases comerciais deveu-se à introdução da laranja de umbigo (laranja Bahia) introduzida no Estado por tropeiros procedentes da Bahia, que aqui desenvolveram o comércio de açúcar e aguardentes na zona açucareira de Estância. De passagem pernoitavam no município de Boquim, mais precisamente na Fazenda Garangau, e presentearam seu proprietário com "mudas de qualidade".

Era o começo de uma grande exploração de repercussão econômica que vinha coincidentemente instalar-se em solos e clima favoráveis ao referido cultivo.

Inicialmente, a laranja foi cultivada de forma empírica em consórcio entre os plantios de côco e mandioca.

Ano após ano, as plantações foram ganhando novas áreas no município de Boquim e os produtores começaram a se deparar

---

(1) EMATER-SE-SAGRI

com os primeiros problemas típicos de uma produção não planejada: Deficientes estruturas viárias, debilidade dos preços, ditados pelos intermediários, insegurança de mercado, etc. Até então, Aracajú era o único mercado consumidor da produção.

Em 1937, o Ministério da Agricultura do Estado de Sergipe criou o "Campo de Governo" em Boquim, com o objetivo de oferecer tecnologias científicas para o citricultor. Nas décadas de 40 e 50, a cultura já havia se expandido nos municípios vizinhos de Riachão do Dantas e Pedrinhas, desbravando áreas virgens ou trocando os cultivos tradicionais do algodão, mandioca e pecuária pela laranja.

Essa expansão foi favorecida pela penetração do produto no mercado de Salvador-Ba, em decorrência das doenças que dizimavam os laranjais naquele Estado. Essa doença, denominada popularmente de "tristeza" se propagou por toda citricultura do município de Alagoinhas - Ba, maior produtor de laranja na Bahia naquela época.

A partir da década de 60, os laranjais sergipanos ganharam novos impulsos, motivados pela política agrícola de incentivos aos produtos agro-industriais. Dois fatores contribuíram para a expansão da laranja em Sergipe: Primeiro a retração da produção nos EUA provocada por problemas climáticos e fitossanitários, abria espaços para a ampliação da produção brasileira; segundo, a própria produção interna, estimulada pelos incentivos das políticas modernizantes emergentes no país,

destinados primordialmente às culturas de exportação ou de interesse agroindustrial (a exemplo da laranja).

Estes incentivos se configuravam no crédito rural subsidiado, nos insumos industriais e tecnologias transferidas para os produtores através do Serviço de Extensão Rural, apoiados pela Pesquisa Agrícola. Hoje a citricultura encontra-se disseminada por quatorze municípios sergipanos, situados entre as microrregiões do Litoral Sul e Agreste de Lagarto.

Da área pioneira, reconhecida como "tradicional" (Boquim, Arauá, Riachão do Dantas, Pedrinhas e Itabaianinha), a cultura estendeu-se às chamadas áreas de "expansão", tais como, Lagarto, Salgado, Cristinápolis, Estância e Umbaúba, (Ver Mapa do Estado pág. 115 ) as quais logo apresentaram vertiginoso crescimento, comparado à área tradicional, principalmente por não encontrar obstáculo à expansão dos laranjais, ao contrário dos primeiros municípios onde a terra era disputada com a pecuária bovina já consolidada. (Cf. Wanderlei, Lilian).

Essa expansão elevou a proporções significativas o tamanho da área cultivada no Estado, nos últimos 20 anos. Observem-se os dados: Em 1974 a área plantada com laranja no Estado somava 9.500 ha. Em 1980 passou para 28.517 ha, indicando um crescimento da ordem de 300%, e em 1991 eleva-se a 436,4% comparado a 1974.(42.458 ha). Com relação à produção o crescimento entre 1974 a 1991 foi da ordem de 824%. (A tabela 4 pag 27) explicita a evolução da área e da produção da laranja no período 1974 - 91 no Estado).

Esse crescimento decorre do conjunto de tecnologias aplicadas, pois a laranja é a cultura mais tecnificada do Estado. Resultam também deste fato, a posição e participação da citricultura na produção regional e nacional. Vejamos a evolução dos dados:

Em 1970 a laranja ocupava o 4<sup>o</sup> lugar na receita proveniente da agricultura para o Estado. Em 1980 passou a terceira posição, daí elevando-se a primeira posição desde 1984.

O volume da produção em relação ao país também atingiu taxas cada vez mais crescentes nas duas últimas décadas, conforme os dados indicam: Em 1977 a produção do Estado situava-se na faixa dos 900 milhões de frutos, garantindo uma participação de 2,6% do total da produção brasileira. A partir de 1981 a produção elevou-se ao patamar de 2 bilhões e 400 milhões de frutos representativos de 4% da produção nacional. Este crescimento elevou o Estado à posição de 1<sup>o</sup> produtor em relação ao Nordeste e 2<sup>o</sup> produtor nacional, superado apenas pelo Estado de São Paulo. (Dados do IBGE - EMATER-SE e SAGRI).<sup>(1)</sup>

Dessa expansão da citricultura resultaram a participação e crescimento do Estado em vários setores da economia. Nos anos 1978-80 foram criadas as primeiras agroindústrias de<sup>(2)</sup>

(1) SAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura)

(2) Essas agroindústrias resultam do conjunto de medidas modernizantes instituídas para o Nordeste, através dos incentivos fiscais da SUDENE e das próprias facilidades dos Governos Estaduais, visando a implantação de empresas agroindustriais integradas (Sorj, 198:48).

suco concentrado em Sergipe, proporcionando emprego direto e indireto a 150.000 pessoas, segundo dado da SAGRI-1991.

Atualmente o Estado de Sergipe responde pelo abastecimento dos mercados do Norte e Nordeste do país com o fruto in-natura. No período de entressafra, abastece também os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda levanta divisas diretamente no mercado europeu e americano, pela exportação do suco concentrado.

De acordo com informações da Secretaria de Estado da Agricultura de Sergipe, a demanda média de produção de laranja para o setor industrial (suco concentrado), é da ordem de 27% do total da produção estadual (tendência dos últimos 5 anos, 1985-90).

Em que pese a importância do mercado agroindustrial local de processamento do fruto, o citricultor sergipano defronta-se hoje com um grave problema na comercialização do seu produto. Segundo informações da Associação dos Citricultores de Sergipe<sup>1</sup>, o problema reside nos baixos preços auferidos pelo produtor, face à hegemonia do mercado monopsonico da laranja, controlado por apenas duas indústrias<sup>2</sup> de suco no Estado.

---

(1) Documento Reivindicativo de Providências para a Citricultura Sergipana, dirigido ao Governo do Estado em Sergipe em 10.10.91.

(2) As duas indústrias existentes, FRUTENE e Frutos Tropicais S.A., encontram-se localizadas na própria área produtora, município de Estância.

Embora o fruto in-natura alcance preços melhores nos diferentes mercados, estes preços não são repassados ao produtor, uma vez que o intermediário define o preço pago ao produtor em função daqueles oferecidos pela indústria.

**TABELA 4**

Área Plantada, Área Colhida, Produção e Produtividade de Laranja no Estado de Sergipe 1974 - 1991.

ANOS	AREA PLANTADA (ha)	AREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO 1.000 Frutos	PRODUTIVIDADE (Frutos/ha)
1974	9.500	6.750	539.325	97.900
1975	11.140	8.449	561.858	66.500
1976	13.063	10.886	743.514	68.300
1977	15.200	13.050	939.600	73.000
1978	17.289	14.899	1.639.000	110.007
1979	24.300	20.540	1.658.174	80.729
1980	28.517	23.257	2.396.029	103.023
1981	30.057	22.797	2.419.682	106.140
1982	30.682	24.447	2.594.919	106.145
1983	31.288	25.675	2.137.732	83.258
1984	31.667	27.170	2.070.028	76.188
1985	32.693	28.309	2.926.216	103.367
1986	34.604	28.997	3.116.047	107.490
1987	37.153	29.462	3.148.414	106.864
1988	38.059	30.637	3.366.792	109.887
1989	39.578	32.526	3.529.787	108.520
1990	41.064	34.371	3.674.810	106.916
1991	42.458	35.572	4.441.094	124.848

Fonte: Secretaria de Estado da agricultura - SE.



## CAPITULO II

### A HISTÓRIA DA COLÔNIA COOPERATIVADA DO TREZE

#### 1. Do latifúndio à Colônia privada "Antônio Martins".

A Colônia Treze originou-se de uma experiência de Colonização particular, efetuada em 1959, pelo seu então colonizador Antônio Martins de Menezes.

Até 1950 esta área era conhecida como um grande latifúndio improdutivo, caracterizado por terras imprestáveis para a exploração agrícola, o que lhe conferia a denominação de "carrascos". Comenta-se que neste tempo, esta área ou "região"<sup>(1)</sup> era totalmente desabitada. Dominavam matas densas, onde se percebia a presença frequente de onças, impondo bastante temor às pessoas que transitavam por aqueles caminhos, principalmente pela insegurança e vagarosidade dos transportes, realizados em carros de boi ou em costas de animais com caçua.

---

(1) Não se trata de região fisiográfica conforme classificação do IBGE, era popularmente caracterizada como região.

Segundo o Sr. Antônio Martins que entrevistamos, parte destas terras da região Treze passou à sua propriedade, mediante compra efetuada de 848,4ha ao Sr. Totonho Conrado em 1951.

Adiante-se a necessidade de situarmos o papel do Sr. Antônio Martins na trama dessa história:

Anteriormente à compra do Treze, o Sr. Antônio Martins destacava-se no município de Lagarto e no próprio Estado de Sergipe, pelo seu poder econômico e político assentado no domínio do comércio monopolista de fumo. No cultivo fumageiro que praticava em vastas extensões de suas terras, dando trabalho a um grande número de famílias pobres da região - diaristas e pequenos proprietários.

Ele também concedia financiamentos a um grande número de fumicultores da região (seus trabalhadores diretos ou não), em uma exploração típica do capital mercantil usurário. Fornecia a adubação do plantio do fumo - "Saco de torta de mamona"<sup>1</sup> cujo pagamento exigia em produção.

Além do adubo, concedia também empréstimos para a manutenção das famílias durante o período de entre-safra do fumo.

---

(1) Ainda hoje os produtores utilizam essa expressão para caracterizarem as relações de extrema pobreza que vivenciam. Daí que resistem as dificuldades e até mesmo a inserção nos mecanismos da modernização receando o retorno desta relação, ou seja: "Voltar ao saco de torta de mamona pela arroba do fumo em corda" ..pa

Os relatos escritos nos demonstram que a margem de lucro desse Senhor sobre os seus trabalhadores atingia valores exorbitantes. A preço de 1980 constatamos em um cálculo trabalhado por Santana (1982:12), que para cada saco de Cr\$ 700,00 de mamona, o financiador recebia 1 arroba do fumo em corda cujo preço de mercado equivalia a Cr\$ 5.250,00.

Adicione-se ainda que os trabalhadores também tinham que pagar os adiantamentos recebidos para sua manutenção, de forma que algumas vezes lhes sobrava algum dinheiro, mas habitualmente ainda ficavam devendo ao patrão. Dívidas estas que iam se acumulando no decorrer das safras, aprisionando cada vez mais essas famílias em permanente dependência.

Foi nesta mesma base que o Sr. Antônio Martins expandiu sua exploração nas terras adquiridas no Treze a partir de 1951.

Após operações de venda-recompra e revenda dessa mesma área entre 1951 a 1958, este senhor a readquiriu mais uma vez em 1959, sendo que, desta última vez o fez arrematando de um leilão procedido pelo Banco do Brasil<sup>2</sup>.

---

(1)Relatório da Assessoria de Planejamento de Sergipe, 1977.

(2)Em 1959, a propriedade destas terras estava em nome do Banco do Brasil como pagamento de empréstimo concedido ao último proprietário Sr. Antônio Fraga.(Pagamento hipotecário)

Proprietário das terras mais uma vez em 1959, o Sr. Antônio Martins decidiu vendê-las novamente, agora em forma de loteamento<sup>1</sup>. Não encontrando compradores, resolveu doar algumas parcelas, como forma de atrair aos interessados.

Inicialmente doando (com escritura) para 10 famílias (seus trabalhadores) 10 tarefas (3ha) para cada um. Posteriormente intercalando entre vendas e doações mais 149 lotes. Registre-se que neste tempo - 1959 - este senhor elegeu-se prefeito de Lagarto; a colonização particular com doações de terras fazia parte do sua estratégia política; além do mais, pôde também se beneficiar de recursos públicos que viriam valorizar as suas terras. Aberturas de rodovia, divisões internas da fazenda etc. Dessa forma multiplicava-se o seu mercado de fumo, face aos compromissos que os colônos mantinham com ele na venda da produção.

---

(1) O fato destas conturbações de compra e venda motivadas sempre por dificuldades financeiras dos diferentes proprietários atribuía à terra o preconceito do azar, resultando a denominação "Treze".

É importante frisar que a política de colonização privada no país, beneficiando a grandes proprietários de terras teve como princípio a aplicação de investimentos públicos em infra-estruturas e financiamentos a grande proprietários para instalação de colonos, via administração do INDA, naquele tempo, hoje MIRAD em substituição ao INCRA.

Segundo Delgado (1985:102) a premissa para a obtenção do registro junto ao INCRA e conseqüentemente dos benefícios públicos consistia na necessidade de o proprietário destinar 20% de suas terras ao loteamento, deixando o restante como reserva para exploração ou valorização.

A partir de então o colonizador já não precisava valer-se apenas do seu próprio capital; o próprio Estado contribuía através do capital financeiro mediatizado pelo Banco (Banco do Brasil naquele tempo) acentuando ainda mais a influência econômico-política do latifundiário.

Dessa forma, foram alocados os primeiros investimentos de capital para os financiamentos das moradias dos colonos (1959), assim como para os custeios agrícolas de implantação do sistema de produção ali dominante: fumo, mandioca, e outros cultivos de subsistência, tudo sob o aval do colonizador.

A experiência da colonização privada durou até 1962, quando então novas ocorrências emergem naquela realidade, demarcando o período que dá início à transformação da colonização particular em colonização cooperativada.

## 2 - Da Colônia Privada à Colônia Cooperativada do Treze - Coopertreze

A transformação da colônia particular em colônia cooperativada no Treze resultou da intervenção do Estado, representado pelo Banco do Brasil, INCRA e SUDENE, visava proteger interesses aparentemente imediatos de recursos financeiros do Banco do Brasil, face a uma catástrofe que se deu naquela região em 1962, causando grandes prejuízos ao produtor e pondo em risco os recursos do Banco do Brasil, que haviam sido emprestados aos colonos (financiamento de investimento e custeio).

A catástrofe configurou-se em fortes chuvas que caíram sobre aquela região no início de 1962, ocasionando em perda total dos plantios com destruição de 85 casas das 109 existentes na Colônia. Diante da calamidade, muitos colonos sem saída para saldar seus compromissos com o Banco fugiram da localidade deixando todos os encargos para o avalista - o colonizador (Santana, 1986:14).

Nesta oportunidade o Estado interveio pondo fim à iniciativa da colônia particular; elevou aqueles produtores à condição de colonos cooperados, mediante a criação da Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda - COOPERTREZE, em 23 de setembro de 1962.

Embora a criação da cooperativa tenha sido explicada por uma catástrofe (no discurso dos produtores) e até mesmo de alguns técnicos da cooperativa, entende-se que ela resulta de medidas e objetivos de caráter mais amplos.



A criação de cooperativas agrícolas pelo aparato estatal desde os anos 30 e sua intensificação a partir da década de 60, nasceram da necessidade de se promover a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos, para suprir o abastecimento urbano em um período de acelerado crescimento populacional impulsionado pelo processo de industrialização, em particular nas regiões Sul e Centro Sul do país (Loureiro, - 133 a 155).

Mais recentemente, a partir dos anos 60, o Sistema Cooperativo foi utilizado pelo Estado, como instrumento possível para viabilizar a modernização emergente. Dessa forma, caberia às cooperativas agrícolas um importante papel, como intermediárias entre o Estado, a agroindústria e os produtores, uma vez que neste circuito a indústria extrairia mais rapidamente seus dividendos, como compradora e processadora da produção agrícola, e sobretudo como vendedora de insumos industriais e de máquinas agrícolas (Sorj, 1980: 55).

Para viabilização do Sistema Cooperavista, o Estado Federal proporcionou amplos subsídios sob a forma de isenções fiscais e crédito especial, os quais deveriam cobrir a política de financiamentos para o processo produtivo e para a comercialização, assim como, para os investimentos de caráter fundiário, destinados à compra de terras, que passariam a ser partilhadas entre cooperados (produtores despossuídos de terra ou com pouca terra) (Loureiro: 1981).

Na cooperativa Treze, à semelhança do que ocorria em outras cooperativas do Nordeste, esses incentivos provenientes das políticas públicas do pacote modernizante foram também

alocados, criando assim a condição especial para se promover a capitalização de pequenos produtores cooperados.

Esta oportunidade para pequenos produtores cooperados tornou-se ainda mais singular, comparada a outros pequenos produtores do Nordeste e do Estado de Sergipe, fora do circuito do cooperativismo, porque nesta década de 60 as políticas modernizantes destinavam-se prioritariamente aos grande e médios produtores e em particular aos produtos de exportação ou culturas alimentares no âmbito das regiões Sul e Centro Sul do país.

Em princípio a meta primordial da Cooperativa Treze foi proteger os pequenos produtores daquela Colônia assim como outros pequenos produtores da região, contra a exploração de comerciantes de fumo, os quais se achavam ainda ligados às tradicionais estruturas latifundiárias do capital usurário.

Em seguida, a ação da COOPERTREZE pautou-se na política fundiária, que consistiu na aquisição de terras, com vista a serem loteadas com novos contingentes de produtores.

Com isto buscava-se minimizar o problema da pauperização de produtores daquela região, motivada pela concentração da propriedade, rural.

A cooperativa foi fundada com 21 associados (1962) e atingiu o maior número de seus associados em 1979 (2.169 produtores), apesar de constantes oscilações de ingressos e regressos neste período. Atualmente, isto é, em dezembro de 1991 seu quadro resumia-se a 1075 sócios, segundo informações do atual Presidente da Cooperativa.



Entre os cooperados, certos produtores tinham obtido o acesso à terra, financiada pela cooperativa e outros cooperados eram apenas beneficiários das demais políticas públicas, tais como o crédito de apoio à comercialização da produção; insumos a preços especiais uso de serviços de tratores etc.

Estes últimos cooperados (proprietários mas não pela Cooperativa) espalhavam-se por diversos municípios no raio de assistência da COOPERTREZE: Boquim, Lagarto, Riachão do Dantas, Salgado, Simão Dias e Tobias Barreto.<sup>1</sup>

Antes de avançarmos nesta discussão, é importante caracterizar, ainda que de forma sintética, aspectos de ordem política manifestados pelo grupo de comerciantes latifundiários que provocaram sérias dificuldades para estabilização da COOPERTREZE nos primeiros anos.

---

(1) Esta situação foi modificada no decorrer dos anos. Foi criada a cooperativa do município de Simão Dias desde os anos 70 e nos demais municípios a articulação dos produtores com a cooperativa apresenta-se declinante.

O colonizador apoiado por outros comerciantes da região e por produtores de sua confiança, desencadeou forte oposição a ação cooperativista no Treze. Com isso buscava minar a organização dos produtores, disseminando a idéia de que aquela cooperativa revestia-se de princípios comunistas o que levaria os produtores à repressão policial.

Na verdade o colonizador estava frustrado nas suas expectativas pois tinha imaginado que, com a passagem da Colônia à Cooperativa, ele continuaria o mandante naquela realidade e que a cooperativa fosse mais uma medida de reforço ao seu domínio econômico político.

Vejamos alguns trechos do seu depoimento:

"O camarada que fundou a cooperativa, eu passei tudo pra ele, todos os meus direitos, que era pra um funcionário do Banco do Brasil. (Ele) Se fez muito de meu amigo, para eu abrir mão de tudo pra ele, pra cooperativa. Ele era comunista, depois ele ficou contra mim. Era o H.L.Homen terrível".

Em outro trecho da sua entrevista ele declara abertamente o seu propósito em relação à cooperativa:

"A briga começou por causa disso, por eu ser comerciante e o H. L. dizia que eu fazia aquilo que era pra subjugar o lavrador, pra comprar os produtos baratos (...) Eu só queria ficar dentro pra orientar o povo (...) pra dá as coisas, de dominar sem visar o lucro".

A ação política das estruturas latifundiárias e provavelmente a grilagem de terra de onde se supõe que provenha grande parte das terras que pertenceram ao colonizador, constituem-se em amplo material para um estudo específico. No

momento não condiz com o nosso objeto de estudo.

Importa reter entretanto que aqueles produtores que permaneceram obedientes ao colonizador (os 10 primeiros) embora tenham sido os primeiros colonos do Treze, continuaram empobrecidos.

Apesar das contradições, a cooperativa Treze contou com amplos recursos financeiros do Governo Federal e Estadual, expandindo rapidamente seus benefícios com os cooperados. Dentre as ações, algumas foram de importância vital para ajudar na prosperidade dos produtores:

- 1) Loteamento de terras para os cooperados;
- 2) Compra antecipada da produção;
- 3) Financiamentos de crédito em condições especiais, com prorrogação de pagamentos, juros baixos etc;
- 4) Serviços de tratores para os cooperados;
- 5) Escolas e creches para filhos de cooperados;
- 6) Assistência médica aos produtores no próprio local (hospital da Cooperativa etc.)

Registra-se ainda a assistência técnico-agronômica e educativa desenvolvida em caráter especial para esses produtores através do Serviço de Extensão Rural, a quem coube a responsabilidade de transferir e coordenar as políticas do pacote modernizador. Trataremos em seguida da política de loteamento das terras no Treze.

A Cooperativa Treze iniciou em 1962, como já assinalamos (1) com a área de 818,4 ha que provinha da Colônia Antônio Martins.

A essa área original foram somadas outras parcelas, adquiridas pela Cooperativa entre 1963 a 1977, a fim de serem atribuídas aos cooperados:

Observe-se a Tabela abaixo:

Tabela 5: - Demonstrativo da Área e Loteamentos para Colonos segundo Núcleos ou Pistas.  
COOPERTREZE - Posição em 31.12.81

Núcleo ou Pista	Município de Localização	Área Total (ha)	Número de Colonos	LOTES	
				Quantidade	Variação de área (ha)
Treze *	Lagarto Boquim	3.590	623	776	1,5 a 7,5
Quebradas	Salgado	1.748	148	156	4,5 a 10
Poção	Lagarto	364	21	21	10 a 18
Carcará	Lagarto	32	5	5	4,5 a ?
Total	-	5.734	797	958	-

Fonte: Memorial Coopertreze 20 anos de História 1962 - 1982 (Santana, 1982).

(\*) O núcleo Treze é formado por duas glebas de terra. Treze (área rural e urbana) e Nova Descoberta. Correspondem às primeiras partilhas de terra.

(1) Esta área foi adquirida pelo Banco do Brasil para dar início aos primeiros loteamentos da Cooperativa. A informação sobre os 149 lotes partilhados pelo colonizador parece não ter a mesma força de veracidade. Os produtores com quem conversamos demonstraram desconhecer outras doações além das 10 primeiras. É provável que no ajuste de contas do colonizador com o Banco do Brasil as áreas sem escrituras tenham ficado com o Banco. Encontramos entre os nossos informantes, alguns dos 149 que tinham comprado lotes.

A propriedade da terra constituiu-se no meio de produção fundamental para viabilizar a formação do patrimônio inicial dos produtores principalmente se tomarmos em consideração o status social anterior pequenos produtores semi-proletarizados.

Embora os loteamentos fossem reduzidos, em particular os primeiros, com terras pouco férteis, o fato de terem sido desde cedo amparados pelas políticas públicas e estarem centrados em uma zona climatologicamente favorável à citricultura, conferiu a essas terras uma rápida valorização. Daí que a partir da década de 60, passaram a despertar interesse dos pequenos produtores despossuídos desse meio de produção ou até mesmo daqueles proprietários cujas terras eram de má qualidade ou porque se encontravam afastados dos benefícios repassados pela cooperativa. Aumentou assim consideravelmente o número de novos colonos cooperados.

O apogeu da cooperativa na década de 70, isto se manifestou notadamente pelo número de benefícios distribuídos entre os cooperados quanto pela formação de um amplo patrimônio: Supermercado, Posto de Gasolina, Churrascaria, Lojas de Revenda de Insumos, Farmácia, Entreposto de Venda da produção de Laranja e fumo espalhados por vários Estados do Nordeste; Beneficiadora de Laranja, Fábrica de beneficiamento de fumo, Fábrica de ração para aves, bovinos e suínos etc. O patrimônio ainda congregava escolas, creches, centro de aprendizagem comunitário e hospital. Ainda no campo dos investimentos, possuía sete tratores e uma frota para mais de 30 veículos, entre carros pequenos e

caminhões. Investiu também em 2 micro - computadores.

Frise-se também que no triênio 74/77, a cooperativa exerceu importante papel na arrecadação tributária para o Estado. O ICM arrecadado nesse período representou 9,32% em relação ao ICM do Setor agrícola estadual (INCRA, 1980:53).

A constituição deste patrimônio tornou-se possível somente a partir da Lei 5.764 de dezembro de 1971, que reformou juridicamente os princípios cooperativistas no país, entregando amplos poderes para as cooperativas funcionarem com uma empresa capitalista. Com isto extinguíam-se os princípios de igualdade dos sócios, assim como colocava-se amplo controle das cooperativas em mãos de uma minoria que se autoperpetuava nas diretorias executivas e conselhos de administração. (1)

Embora este período demarque o início de maior crescimento econômico da cooperativa refletido também no crescimento econômico de alguns dos seus sócios, principalmente porque os subsídios do crédito (custeio, investimento) estavam no auge de suas aplicações, verifica-se que é a partir daí também

-----  
(1) O conselho de administração é o órgão de onde saem os diretores executivos. A lei 5764 assegura que os diretores sejam renovados de 3 em 3 anos em apenas um terço de seus membros, os outros dois terços portanto tendendo a perpetuar-se (Loureiro, 1981 : 137).

que começam a surgir as maiores controvérsias acerca da ação diferenciadora da cooperativa sobre os destinos dos seus sócios.

Diversas razões levaram a que muitos sócios (proprietários de terras) desistissem dos seus lotes muito cedo, dando margem a que outros produtores os adquirissem e viabilizassem sua capitalização a partir da expansão de suas terras.

Dentre os nossos informantes, 6 se enquadram entre esses desistentes, e a grande maioria de médios e grandes que continuam associados, o são apenas formalmente, com insignificante (ou nenhuma) relação de compra e venda com a cooperativa (1).

Vejamos alguns casos de desistência dos lotes pelos produtores mais pobres:

O Produtor J.A adquiriu um lote financiado pela cooperativa em 1976 (5 ha). Não suportando a discriminação com que era tratado pela cooperativa, segundo seu depoimento, vendeu o lote em 1977 e foi se estabelecer em uma área menor (1,5ha) fora das terras da cooperativa. Suas explicações denotam em que consistia esta discriminação.

---

(1) Constatamos que o público mais frequente na comercialização com a cooperativa são apenas alguns produtores mais pobres - citricultores. Entretanto no último contato que tivemos na área, janeiro/92 tivemos informações de que está havendo um relativo retorno de produtores - pequenos e médios para comercializarem a produção de laranja junto à cooperativa. Isto tem sido motivado pelos prejuízos que alguns produtores têm tido com intermediários, por falta de pagamento ou "calote".

**"O crédito, os adubos barato não chegava pra cooperado mais baixo"**

Da mesma forma outro pequeno produtor, o Sr. H, também explica sua desistência pelo tratamento discriminador contra os produtores mais "fracos".

**"Eu entregava o fumo todo pra cooperativa, mas não tinha bom resultado. Eles diziam que aquela produção era "bagacinho". Nunca davam valor. Aí era só colocar nas mãos deles o fumo pegava valor. Aí eu fui cismando".**

Este produtor havia adquirido o lote em 1970 (5 ha). Em 1974 vendeu o lote, liquidou a dívida com a cooperativa e foi se estabelecer em outras terras de pior qualidade. Hoje é proprietário de apenas 0,9ha.

Opostamente ao que ocorria com os produtores mais pobres que chegaram a desistir dos seus lotes, os que hoje se destacam pelo sucesso, naquela época ainda solteiros (com as vantagens dessa situação como veremos no Capítulo IV), aplicavam sistematicamente seus primeiros ganhos na compra de mais terras, aproveitando os lotes dos desistentes, de forma que chegaram a comercializar um volume significativo de produção com a cooperativa, beneficiando-se com os créditos de custeio repassados por essa mesma cooperativa, e chegaram a obter lotes em pagamento de produção, constituindo assim um importante capital fundiário. Além disso, esses produtores como outros hoje bem sucedidos inseriam-se nas amizades dos grupos dirigentes, passando a monopolizar os recursos da cooperativa. Outras avaliações feitas por produtores e por órgãos como INCRA e



EMATER-SE também atribuem a decadência da cooperativa e consequentemente de alguns sócios em primeiro lugar: a má administração de algumas Diretorias, mais preocupadas em servir seus próprios interesses ou os de familiares, ou de grupos de suas simpatias, do que em administrar em favor do conjunto de seus sócios. Apontam também para atividades de esbanjamento, mordomias dos dirigentes e até desonestidade de alguns deles. (1)

Ressaltam também que muitos sócios não cumpriam com os seus deveres; não amortizavam as dívidas e ainda desviavam a produção para intermediários de sua escolha. Acusam também a má utilização do crédito e dos insumos agrícolas muitas vezes vendidos a terceiros. Outros cooperados ainda venderam seus lotes pelo fato de se sentirem inseguros sem a escritura da terra, ou ainda em decorrência de frustração de safra embora a cooperativa se propusesse a reescalonar a dívida. Enfim a cooperativa Treze à semelhança de outras do Nordeste do País revela as contradições do cooperativismo brasileiro, imposto de cima para baixo. Contribuiu para o enriquecimento de uma minoria; ajudou em um certo nível de capitalização de uma grande maioria - os médios produtores -, mas também motivou a pauperização de outros, às vezes sem desapropriá-los.

---

(1) Quando estávamos concluindo esta redação, em nov. de 92, tomamos conhecimento de que está havendo um grande retorno dos produtores para Cooperativa face a mudanças favoráveis que se percebe, uma vez que a Coopertiva atualmente está dirigida pelos próprios produtores, sem intervenção do Estado.

Atualmente esta cooperativa encontra-se em crescente decadência. Aos grandes e médios produtores, já não interessa mais a cooperação, principalmente porque a prática mais frequente da cooperativa hoje é administrar os endividamentos que foram contraídos ao longo das administrações. Segundo informações dos produtores e de agentes da cooperativa e da extensão rural, grande parte do patrimônio da cooperativa já foi desfeito para saldar dívidas. Além do mais, na inatividade em que ela se encontra não consegue acompanhar os juros e correções bancárias que se arrolam sobre as dívidas.

## CAPÍTULO III

### OS PRODUTORES E SUAS ESTRATÉGIAS

#### 1. Os Produtores da Colônia Treze e suas origens

Os 699 produtores do Treze provém na sua grande maioria, do próprio município de Lagarto e do município vizinho, Riachão do Dantas; alguns casos provém de Boquim e outros municípios adjacentes, ou mesmo em poucos casos do Estado de Alagoas.

O traço comum que trazia esses produtores era a falta de terra; ou eram totalmente despossuídos de terra ou possuíam apenas parcelas muito reduzidas e de má qualidade, de forma que a condição anterior da grande maioria era praticamente de "camponeses semi-proletários", (Kautsky, 1980:187).

A terra de que dispunham, era o suficiente para morar e obter alguns cultivos alimentares, criar uma ou duas "vaquinhas", completando o ganho da sobrevivência com o assalariamento na pecuária ou no fumo.

Alguns ainda solteiros, antes do Treze, trabalhavam com os pais, mas se reportam a esta época como tempo de escravidão pois o trabalho se dava em regime de super-exploração, ditada pelos pais, isto é sem direito nem ao estudo nem ao descanso, uma vez que o dinheiro necessário as suas despesas pessoais provinha da cultura do seu próprio roçado feita no domingo.

Mesmo assim foram esses recursos que possibilitaram a compra do primeiro pedaço de terra, de um animal ou de uma bicicleta, que posteriormente iam acumulando-se e sendo trocados,

(1)

até obter o suficiente para dar entrada no lote do Treze.

Das primeiras levas de colonos às últimas, existem no entanto algumas variações. O perfil inicial de pobreza não é característica para todos.

Existe de comum entretanto, o fato de originarem de pais agricultores, e terem como habilidade profissional do seu domínio o trato com a terra.

Para complementar a renda, alguns desenvolviam ocupações alternativas fora da agricultura, a saber: Pedreiro ou ajudante de pedreiro, pintor, artesão de couro, marchante, caminhoneiro, frentista em abertura de estrada etc.

---

(1) Exceção de dois deles que receberam uma área de 45 ha dos pais, em pagamento de seu trabalho na oportunidade do casamento.

## 2. As Estratégias na Produção Agropecuária

Desde a década de 70, com a intensificação das políticas de modernização voltadas em Sergipe para a cultura da laranja, impuseram-se modificações nas relações de produção, para os produtores da Colonia Treze.

O fumo e a mandioca que garantiam a base daqueles produtores, tanto para seu consumo como para o mercado iam gradativamente reduzindo sua importância, dando lugar à laranja.

Com isso a organização do processo produtivo como um todo tomou uma nova feição, modificando o eixo dos "produtos de consumo" e "produtos de produção", (Garcia Jr, 1989:116), e mais que isso, alterando a base das relações sociais estabelecidas por aqueles produtores mediante o uso da terra: relações de arrendamento, meiação etc. Vejamos:

O fumo e a mandioca são tipicamente culturas de ciclo curto, denominadas temporárias. Esta peculiaridade conferia ao produtor do Treze nas décadas de 50 e 60 uma certa "alternatividade" no modo de produzir, como seja. O produtor que possuía pouca terra podia produzir repetidamente na mesma parcela o cultivo isolado ou consorciado do fumo e mandioca (desde que a terra fosse adubada), ou recorria a terras de terceiros, arrendadas ou cedidas.

Com o advento da laranja estes produtores, ao optarem pelo plantio da laranja, passaram à estabelecer novas prioridades no uso de suas parcelas. Essa mudança na

estratégia de produção decorria da própria especificidade da laranja - cultivo perene de longa duração de vida (até 20 anos) - , que se traduziu na necessidade de terra específica e que, por outro lado, só permitia (ou permite) o intercalamento com outros cultivos, como seja, o fumo, o maracujá, milho, feijão etc., até o terceiro ano de vida dos laranjais. Com isso impunha-se uma série de restrições à anterior organização do processo produtivo.

Apesar das variações no tocante ao tamanho da terra ( de 1,5 a mais de 500 hectares, a grande maioria situando em torno de 6 a 8 hectares), verifica-se que em todas as unidades pesquisadas, a maior parte das terras são ocupadas com o cultivo da laranja. Apesar desta evidência, em termos de peso econômico na renda do produtor, ela pode assumir importância diferenciada, já que os plantios dos mais pobres são extremamente reduzidos, necessitando de serem complementados com outros cultivos comerciais alternativos.

O público de nossa pesquisa é bastante representativo das diferentes estratégias da organização da produção agrícola do Treze (produtos para o comércio e produtos para o consumo).

Para efeito didático, procuraremos desenvolver esta problemática apresentando os diferentes produtos cultivados no Treze, por ordem de importância econômica, sem contudo perder de vista a conexão de cada cultivo enquanto parte simultânea de variados tipos de sistemas de produção, onde os cultivos podem assumir relevância diferenciada de acordo com as peculiaridades das organizações produtivas familiares.

## 2.1. A laranja

A exploração da laranja na região centro sul do Estado e particularmente no Treze, é habitualmente cultivada em consórcio com o fumo. Esta prática é perfeitamente aceita e recomendada pela pesquisa e extensão, desde que não ocasione danos para ambos. (3 anos é o limite como já indicamos).

Esta associação é sobremaneira vantajosa para o citricultor, porque os adubos e os tratos culturais dispensados ao fumo servem concomitantemente para o laranjal. Em certa medida, é também vantajosa para o fumicultor sem terra, que assim consegue terra arrendada ou cedida de um citricultor, ainda que por menor tempo.

Na análise sobre a cultura do fumo, ainda neste capítulo, apresentaremos detalhes sobre a posição e as relações sociais de produção em que os fumicultores hoje se assentam.

Dentre diversos fatores que diferenciam produtores ricos, médios e pobres no Treze, a estratégia de cultivo da laranja é uma das que se apresenta de forma visível.

Em geral, quem dispõe de mais terra pode cultivar pomares com idade e cultivares diferenciados (ver Quadro 4 - Anexos). Esta estratégia tem relação com a própria evolução e maturação das plantas que influenciam diretamente no ganho do produtor. Vejamos: A laranja inicia a produzir comercialmente a partir do 4<sup>o</sup> ano de vida. Atinge o seu pico de maturação e produção entre o 7o. e 8o. ano, podendo daí perdurar ou declinar, a depender dos tratos com adubação e correção dos solos. A

escolha dos cultivares também tem relação com os diferentes tempos de maturação e simultaneamente com o nível de aceitação no mercado. O mais explorado pelos citricultores do Estado também no Treze é a laranja Pera de meia estação, seguida da Baianinha de maturação tardia e a Natal do tipo muito tardia .

Daí que quanto mais terras tem o produtor no Treze(a exemplo dos ricos), maior é a possibilidade de pomares com estágios de maturação diferenciadas. Esta estratégia oferece alternativas de colheitas ano após ano já que ele não está condicionado ao processo de evolução ou involução natural de um só pomar ou de poucos pomares.

Em condições normais de clima e cuidados tecnológicos, a laranja produz duas safras por ano. A primeira entre junho/agosto, denominada normal, e a segunda entre novembro/dezembro denominada temporã. Em casos excepcionais de necessidade, alguns produtores ainda forçam uma terceira colheita no mês de fevereiro a que chamam de sarolha ou birro. São frutos de menor qualidade (pequenos e de casca escura).

A quantidade e qualidade da produção por sua vez, é reflexo de adequadas práticas de adubação e correção dos solos bem como dos tratos culturais aplicados aos laranjais. Os ricos conseguem auto-financiar ou obter crédito bancário, podendo suportar os custos de produção porque suas rendas são variadas.(compostas geralmente de atividades agrícolas e não agrícolas). Os mais pobres e até médios produtores não conseguem a mesma mobilidade.

Daí que na hora da comercialização ganha mais quem tem melhores frutos, alcançam preços mais elevados no mercado



consumidor. Os demais frutos, miudos e de mal aparência, são comercializados junto com às indústrias locais, FRUTENE e Frutos Tropicais. Os mais pobres, que já estão limitados pelo tamanho reduzido do pomar, não conseguem adubá-lo adequadamente, restando-lhes apenas a opção do menor preço - o da indústria. Vejamos no depoimento do Sr. B - proprietário de 4,5ha de laranja.

"O adubo, ninguém está podendo adubar mais não. Mesmo que o Banco diga eu vou liberar. O adubo triplica todo o ano, o preço da laranja cai. Quando a gente pensa que vai fazer uma safra grande, tem muita produção e pouco preço. Quanto mais a safra da laranja é grande corre, o risco de ficar aí. Nós não tem poder de barganha na FRUTENE, o preço é dela. Na maioria dos casos ela vê que tá madurando, a laranja tá caindo, aí ela diz: Só pago tanto. Pro comércio não presta mais".

Face às dificuldades para financiarem os seus pomares de modo a obter melhores preços no mercado, alguns produtores mais pobres, frente aos preços dos insumos industriais e aos juros do crédito oficial, optam por reduzir ainda mais o tamanho de sua área, de forma a adequá-la ao tamanho da mão-de-obra familiar e à sua capacidade de investir em adubos. Comprova-se com o depoimento da Sra. M., proprietária de 3,0 ha:

"Tinha 25 tarefas (7,5ha), vendi 15. Minha família é pequena (6 pessoas), não tinha condições de tratar toda, aí vendi.

P: E as 10 tarefas são suficientes para manter sua família?

M: É, porque trabalho pelo Estado também. Com as 25 tarefas eu não tinha condição de adubar e de tratar, então eu vendendo 15, eu reformei o sítio e melhorou mais, porque se fosse deixar as 25 eu ia perder era as 25 toda.

Como veremos a seguir o sistema de produção de laranja no Treze aparece também dividindo os espaços com os cultivos de maracujá, abacaxi, milho, feijão, inhame, batata, amendoim e mamão de forma intercalada, ou em área separada (denominada de malhada), a depender do tamanho da terra. Cultivam também pequenas parcelas de mandioca, adotando o mesmo procedimento dos cultivos alimentares - (em malhadas ou intercaladas ao laranjal). Finalmente a laranja também aparece em combinação com algumas explorações isoladas de pecuária no caso dos produtores mais prósperos.

## 2.2. A Pecuária Bovina

Lagarto é um dos municípios de forte tendência pastoril; seu rebanho bovino ocupa a primeira posição no Estado em termos do tamanho do plantel e como polo de melhoramento de raças; no entanto a área que circunscreve o Treze (primeiros loteamentos)<sup>1</sup> não apresenta as características geo-ambientais favoráveis para pecuária. Mesmo assim, há a exploração da pecuária, para corte, leite ou mista, embora de forma pontual. Apenas os produtores mais ricos dividem as suas terras entre a laranja e a pecuária.

-----  
1) Área objeto da nossa pesquisa.

Em nosso universo de pesquisa os cinco produtores mais prósperos são pecuaristas. Em alguns casos, as terras da pecuária podem estar contíguas com as da laranja ou separadas, localizadas nas proximidades, mas as vezes já em outro município.

Esses produtores buscam o aperfeiçoamento de raças que melhor se adaptem às condições do eco-sistema e que lhes proporcionem melhor ganho. A raça comumente explorada é a holandesa, zebuina ou mestiça holando-zebuina, considerada de grande aceitação no mercado, seja para recria, abate ou como produtora de leite. Os rebanhos são criados em sistema semi-extensivo, isto é com pastoreio direto nas pastagens forrageiras e suplementação com outras forragens verdes, com ração concentrada e suplemento mineral. A relação animal/área chega até 2,1 cab/ha, o que impõe maiores cuidados com manejo, alimentação e profilaxia.

Para esses produtores, a combinação pecuária e laranja constitui-se na melhor forma de potencializar racionalmente todos os fatores de produção existentes na unidade, possibilitando maior margem de lucro.

Nossos informantes, consideram no entanto que esta complementariedade só é possível porque tem outras condições conjunturais: Primeiro, a própria localização da unidade em relação ao mercado consumidor, tanto para o abate como para o leite in-natura - no próprio Treze, na sede da cidade de Lagarto, Salgado e principalmente, Boquim onde prevalece a exploração citrícola. Aliam-se a isto também as facilidades de acesso para as indústrias de transformação do leite situadas em Aracaju, graças a localização privilegiada do Treze, à margem da BR 101.

Segundo, pelo lado da organização interna da unidade, a pecuária dispensa custos com trator; exige pouca mão-de-obra e sobretudo reduz os custos com insumos para citricultura, em decorrência do aproveitamento da matéria orgânica (esterco) utilizada na adubação da laranja.

Adiciona-se ainda o ganho obtido com as crias (os bezerros), que podem se transformar em diversas fontes de renda: animal de recria, abate etc.

Frise-se portanto que a pecuária assume relevância em um contexto em que o produtor pode simultaneamente valer-se da renda da produção bovina, conjugada à renda da citricultura, em condições favoráveis de mercado, no tocante à pecuária.

A exploração isolada da pecuária em bases tradicionais, isto é o sistema puramente extensivo e sem qualificação do rebanho,

não proporciona o mesmo resultado até mesmo nas vizinhanças do Treze  
Veamos o depoimento do Sr. N., 56 anos, proprietário de 74 ha.

"(...) Vou lhe dá uma dica: Tem elemento aqui dentro do Treze com 50 tarefas de laranja (15 ha), casa bonita, a família dentro, com 50 Tarefas de laranja. E tem pessoas aqui pro lado de Lagarto com 200, 300 tarefas (61,91 ha) de terra de capim com 100, 150 cabeças de gado com um carro velho sem poder trocar".

P: Então por que será que todos aqui (assim como o Sr.) desejam ter fazenda(s) com gado?

N: Acredito que são coisas que foi Deus que deixou, (...) porque aqui é laranja né. Aqui só quem tem gado dentro do Treze é eu, S. TH e P. Tem meu irmão mas fica vizinho. Aí eles vê nós é que fornece o leite pra toda essa população".

P: Sr. N. então quais são as vantagens do gado para o Sr, em relação a laranja ?

N: A pecuária hoje a maior vantagem dela, ela é muito pouca. Agora pra mim eu me saio bem porque é de leite. Fica localizada aqui no Treze, há mais possibilidade de vender o leite aqui mesmo. A produção é de 80, 100 litros/dia. A parte que mais me favorece é o leite, cobre as despesas e eu lucro os bezerros e o esterco pra colocar na laranja.

Não obstante as diferenças, todos os produtores do Treze ricos, médios ou pobres - visualizam o progresso na agricultura pela posse da exploração pecuária. Alguns pelo sistema laranja - pecuária, numa ótica especificamente agrícola e outros puramente pelo sistema pecuário.

### 2.3. Fumo

A partir da década de 70, com as mudanças conjunturais de incentivo à laranja o fumo que, por mais de três décadas, respondeu pela renda dos produtores do Treze, passou a desempenhar o papel secundário.

O cultivo do fumo é considerado por todos os produtores do Treze (ricos e pobres) como uma atividade extremamente trabalhosa e dispendiosa. Exige grandes quantidades de adubo e numerosa mão-de-obra, com incessante trabalho, durante seis meses consecutivos, - do plantio à colheita -, envolvendo tarefas árduas e de dedicação permanente.

Significa uma vida de muitas dificuldades e sofrimentos e é tido hoje como o produto comercial dos mais pobres, ou dos filhos jovens dos médios e grandes produtores que estão iniciando suas trajetórias nas terras dos pais.

Logo o fumo foi totalmente estirpado do elenco dos cultivos dos ricos.

Para os produtores mais pobres, o fumo é cultivado para constituir uma poupança. À despeito do trabalho, é dele que o produtor consegue tirar os recursos para a compra dos vestuários da família, utensílios da casa, e por vezes até para a compra de terra.

Embora compreendam que o fumo é uma plantaçao "cativa" dada a sujeição de um trabalho em elevado grau de auto-exploração, estes produtores mais pobres consideram-no ainda como a melhor alternativa para quem tem um reduzido cultivo de laranja. Isto deve-se ao rápido processo, - do plantio à comercialização, que empata dinheiro por menos tempo e possibilita uma margem de lucro ainda que reduzida sobre os custos de produção.

Além do mais, tratando-se de um produto não perecível o produtor pode armazená-lo na forma de fumo em corda, processado artesanalmente pela família, na própria residência, aguardando o melhor preço do mercado.

E finalmente, os produtores atribuem grande importância ao fato de poderem contar com financiamentos embora pequenos concedidos pela cooperativa <sup>(1)</sup>.

No período que antecedeu a Cooperativa no Treze (anos 50), as relações sociais de produção caracterizavam-se pelo controle do grande proprietário de terra sobre trabalhadores sem -----

(1) São pequenos empréstimos em troca de recibos ou vales concedidos àqueles mais "fracassados". Acrescente-se que este é a única operação de crédito que a cooperativa hoje pode efetuar, depois da sua decadência.

terra ou pequenos proprietários mais pobres. Esse grande proprietário, quase sempre também grande comerciante de fumo, atraía numerosas famílias pobres para produzir grandes volumes de fumo nas suas terras, que arrendava ou cedia. Ele também fornecia financiamento para a adubação do fumo (torta de mamona naquela época), concedia empréstimos (semanais) para a manutenção dessas famílias até a safra .

Ao fumicultor cabia entretanto pagar os financiamentos ao proprietário da terra, com a própria produção. As vezes sobrava uma pequena quantia de dinheiro, embora insuficiente para reprodução da família, mas em regra, geral, segundo os nossos informantes, continuavam devendo ao patrão, depois de deduzidos todos os adiantamentos.

A partir da Cooperativa, a exploração por um patrão não pôde mais se exercer, para os produtores daquela região que passaram a ter acesso ao crédito oficial mediante a Cooperativa.

A ação da cooperativa foi importante para a projeção de alguns fumicultores, no período 1960-70, e contribuiu para descentralizar o monopólio do fumo.

Hoje, embora ocupe uma pequena parcela nos plantios, o fumo continua sendo cultivado por aqueles produtores mais pobres. São produtores que não conseguiram investir na ampliação das suas terras e por isso necessitam de uma cultura comercial alternativa para complementar a pequena renda obtida com a laranja.

Ressalte-se inclusive que alguns (cujas terras são insuficientes para o plantio continuado do fumo na sua própria área, entre os laranjais), retomaram o arrendamento de terras,



com médios e grandes citricultores. Mas esta relação de arrendamento ou cessão da terra não implica mais a dependência do fumicultor como anteriormente, porque hoje é o fumicultor que assume a compra dos adubos e os tratos culturais. No entanto como esses adubos também beneficiam os laranjais do citricultor, verifica-se que a quantidade de terra possuída pelo produtor continua um fator de supremacia no Treze pois, durante os três primeiros anos de vida do laranjal quando ainda não produz frutos para o mercado, o citricultor é beneficiado sem nada desembolsar com a mão-de-obra e os insumos custeados pelo fumicultor.

No depoimento de dois produtores ( um rico e um pobre ) observa-se como a questão se apresenta:

**Sr "E", proprietário acima de 50ha.**

**"Nós dava a terra pá eles plantar pá eles, como agora mesmo, demos pá plantar com fumo e eles entra com adubo que coloca na terra e a terra fica forte"**

**Sr "E.D."        anos,        ha.**

**"Quem tira nós dali da terra não é o cara, é a laranja. Quando planta 3 anos, já tem que ir pra outra terra porque naquela terra, ali não pode mais".**

## 2.4. O Maracujá

O cultivo do maracujá passou a integrar o sistema de produção agrícola do Treze somente a partir de 1975. A sua introdução deveu-se à política de diversificação de cultivos para o comércio, implementada pelo serviço de Extensão Rural de Sergipe, com vistas a criar novas alternativas de renda para o produtor e conseqüentemente ampliação da arrecadação tributária do setor agrícola para o Estado.

Esta cultura apresentou rapidamente excelentes resultados em relação à área cultivada e à produção, atingindo no período de 75/78 uma elevação da produção no Treze da ordem de (1) 540%. Este crescimento deveu-se à segurança de mercado oferecida pela indústria local e pelas indústrias de suco da Bahia e Pernambuco junto as quais a CooperTreze (2) conseguiu preços vantajosos.

A capitalização de alguns produtores do Treze, a exemplo do Sr. S., o mais rico, deve-se em parte a base econômica favorecida pelo maracujá nesse período. Incentivados pela garantia de mercado, assim como pelas facilidades do crédito, novos produtores iam cada vez mais incorporando o produto aos seus cultivos.

---

(1) INCRA - 1980 - Análise Econômica

(2) CooperTreze - Cooperativa agrícola dos produtores do Treze.

Tal prática levou a uma superprodução em 1981, com conseqüente queda de preços. À esta altura, outros municípios de Sergipe produziam maracujá, assim como outros Estados que demandavam o produto da Coopertreze.

Isto resultou em sérios prejuízos para aqueles que orientaram o seu sistema de produção prioritariamente pela produção do maracujá. Alguns produtores tiveram o seu patrimônio ameaçado. Como exemplo, o Sr. "E" que precisou desfazer-se de terras e tratores para saldar as dívidas do crédito. Caso ainda mais grave é o do Sr. "J" - Após a experiência negativa de perder toda sua produção por ausência de preço, ocasionando a perda de suas terras, acabou por desistir da agricultura, agarrando-se hoje a sua profissão secundária de pedreiro.

Este fato teve intensa repercussão para alguns produtores, que atribuem grande peso ao maracujá como responsável pela prosperidade de alguns como também pelo fracasso de outros.

Confirmamos com o depoimento do Sr. "E":

"Isto aí foi uma certa fase de tempo que nós tivemos maracujá né. Aí nesse tempo de maracujá que teve gente que se desenvolveu, e alguém por esse maracujá também se acabou-se. Eu tava com 50 tarefa (15ha), achei que podia desenvolver mais. Vendi, aí comprei 170 tarefas no Estado da Bahia. Lá desmatei, prantei todo de maracujá. Aí me arrasei, me arrasei, sabe com se arrasa? Perder o dinheiro todinho. Só fiquei com umas terras lá também sem valor e pronto. Trator nós tinha 2, e tudo isso foi na embolada, da perda lá".

Hoje, além da incerteza de mercado, gerada pelas constantes oscilações na oferta, muitos produtores (dos entrevistados) avaliam o maracujá como um cultivo muito exigente de adubos químicos e agrotóxicos comparado à laranja e ao fumo, de forma que a terra se resente mais rapidamente da agressão causada pelos produtos químicos.

Numa análise mais aprofundada, um técnico do Serviço de Extensão explica que o problema não reside apenas nas oscilações de mercado e tampouco nos desequilíbrios causados aos solos. O maracujá em sistema de sequeiro apresenta reduzida tolerância às variações climáticas. Além do mais seus custos de implantação excedem bastante àqueles necessários para a laranja e o fumo. Pois o maracujá exige mão-de-obra, (superando inclusive aquela exigida pela cultura de fumo) gastos com insumos (também mais do que a laranja e o fumo em igual tamanho de área) e aquisição de arame farpado e estacas de madeiras, necessários à sustentação das plantas, (materiais inexistentes na unidade familiar dos mais pobres). (Ver Quadro 8 - Anexos).

O maracujá é um cultivo semipermanente com ciclo de vida de três anos e mais. Sua vantagem como cultura alternativa deve-se ao fato de permitir uma renda complementar a partir do 1º ano do seu plantio.

Apesar destes impasses, alguns produtores dos diferentes grupos (ricos, médios e pobres) ainda cultivam pequenas parcelas de maracujá tanto consorciado à laranja como em áreas isoladas (Ver Quadro 4 - Anexos). Os mais pobres chegam mesmo a recorrer à cessão de terra por parentes, quando pressentem alguma margem

de garantia de preço. Contudo este produto não entra rotineiramente na composição dos sistemas produtivos dos produtores do Treze.

Hoje, eles pautam suas decisões, em relação a iniciativa de plantar ou não esta cultura, nas informações sobre os preços circulando no mercado e também em certa medida observando o número de cultivos existentes entre os produtores da área, o que demonstra que souberam tirar a lição da experiência negativa vivenciada. (o prejuízo da produção de 1981).

## 2.5. A Mandioca e outros cultivos de subsistência

Em um passado não muito remoto, 1950-60, a mandioca e outros cultivos de subsistência como milho, feijão, batata, inhame etc, faziam parte dos roçados de todos os produtores do Treze. Eram destinados ao consumo e ao comércio. A mandioca era comercializada nas feiras livres, após o seu processamento em farinha, enquanto os outros cultivos eram vendidos através de intermediários locais ou também em feiras livres.

Com os ganhos proporcionados pela laranja, os produtores optaram por desenvolver estes cultivos sob lógicas totalmente distintas.

Hoje a grande maioria dos produtores (ricos, médios ou pobres) cultivam lavouras de subsistência e mandioca embora em pequenas áreas, que não excedem, a 10% das suas terras (Ver Quadro 4 - Anexos). Alguns produzem todos os produtos em forma de consórcio utilizando áreas separadas, a que denominam de malhadas, outros os cultivam intercalando-os entre os laranjais.

Os mais ricos cultivam a mandioca exclusivamente para a alimentação do gado e as culturas de subsistência somente para o consumo da família. Entre médios e pobres existem alguns que plantam para o "consumo" e para a "produção"; contudo esta prática pode modificar com as circunstâncias. Enquanto dispõem de mão-de-obra familiar eles cultivam a mandioca e outros cultivos de subsistência, até mesmo porque necessitam converter os consumidores em reprodutores da sua própria alimentação. Quando no entanto a unidade se esvazia, eles preferem comprar esses produtos diretamente na feira, a ter que assalarar mão-



de-obra para este fim.

Embora muitos limitem o cultivo da mandioca condicionando-a à disponibilidade de mão-de-obra e de terra para plantá-la, já que os laranjais dominam as explorações, uns produtores muito pobres recorrem à terra de terceiros, até mesmo fora do Treze, para plantarem a mandioca. Estes produtores entendem que a produção da mandioca e dos cultivos de subsistência como milho, feijão, abóbora, batata, amendoim etc., é uma garantia de fartura para a unidade familiar e sua falta um sinal de extrema dificuldade.

No entanto, também se encontram pobres com numerosa família que acham mais vantajoso comprar a farinha, à dispender tempo e esforço cultivando mandioca em terras de terceiros e tendo ainda que trabalhar na transformação da farinha. Nestes casos, optam por outra atividade alternativa às vezes até no ramo não agrícola, no comércio de feira por exemplo, julgando esta opção mais compensadora.

Aliás não é fácil conseguir a cessão de terras para o plantio da mandioca, haja vista o comprometimento do solo por um período de até 18 meses. Apenas um dos produtores de nossa amostra com área de 0,9ha, declarou recorrer a terra de terceiros, mas em localidade já muito distante do Treze, (1)

---

(1) Este produtor informou pagar a terra, com 1/4 da produção além do capim que deixa plantado para o dono da terra.

uma vez que não é muito recomendável o consórcio da mandioca com laranja, pois é exigente de nutrientes do solo<sup>1</sup>, podendo resultar em prejuízos para o laranjal.

Dessa forma, embora a mandioca seja tradicionalmente o cultivo do pobre, este encontra cada vez mais dificuldades em produzir sua alimentação básica, quando sua área é extremamente limitada. Na região Sul e Centro Sul do Estado o produtor se depara com a citricultura, e no sertão com a pecuária, daí uma retirada ainda mais acentuada do cultivo da mandioca<sup>2</sup>.

---

(1) Informação prestada por Técnicos da EMDAGRO.

(2) Constantamos em uma pesquisa recentemente efetuada na região Semi-árida de Sergipe, que a ganância pelas pastagens provocou nas últimas décadas uma pauperização acentuada das categorias mais pobres. Sem o alimento tradicional da farinha, do milho e feijão suficientes, essas famílias tem vivido situações de verdadeira fome no período de entressafra.



### **3. As Estratégias Complementares**

#### **3.1. A Intermediação dos Produtores Agrícolas**

Afora as atividades agropecuárias já apresentadas existem outros meios igualmente importantes que complementam a renda na unidade de produção. Destaca-se como aqueles de maior peso para os produtores do Treze a produção e comercialização de mudas de laranja (viveiros) e diversos negócios. Estes envolvem tanto produtos agrícolas oriundos na maioria dos casos da própria produção, quanto produtos industrializados - de consumo imediato ou de equipamentos agrícolas.

Dalí que a natureza da atividade e o tamanho do negócio constituem fatores de diferenciação, proporcionando uma clara distinção entre as atividades complementares dos produtores ricos, médios e pobres.

##### **3.1.1 O caso dos grandes produtores**

Uma atividade de peso na receita de alguns produtores é a intermediação de sua própria produção e da produção local de laranja.

Além de disporem mais facilmente de capital de giro, uma vez que trabalham com uma grande variedade de atividades, apoiadas pelo crédito oficial, eles detém os meios de produção - o caminhão de transporte de carga, que é utilizado na compra da produção, apanhada diretamente no pomar do citricultor; em alguns casos incluem a colheita, em outros simplesmente efetuam a compra encarregando-se do transporte.

##### **3.1.1 a. A Laranja e os Viveiros:**

Enquanto os médios e pequenos produtores são na maioria

das vezes apenas produtores, os ricos são também comerciantes do seu produto, negociando diretamente com o comprador - fábrica, supermercados, ceasas etc. Com eles agregam ao seu lucro o valor que normalmente é abocanhado pelo intermediário.

Opostamente, os médios e pequenos produtores estão totalmente dominados pelos canais de comercialização. Não tem poder de barganha frente aos intermediários ou fábrica, obtendo portanto do seu próprio produto uma renda inferior àquela obtida pelos ricos.

A produção e comercialização de mudas frutíferas selecionadas, também denominada produção de viveiros, foi mencionada, pelos produtores da amostra, como fonte de grandes rendimentos financeiros para o produtor, destacando-se como o negócio de maior repercussão na capitalização dos produtores enriquecidos. Os dois (2) produtores mais ricos de nossa amostra são viveiristas.

Esta atividade seguiu uma trilha totalmente diferente das demais. Os financiamentos para habilitar produtores no ramo da produção de mudas selecionadas constituíram uma oportunidade oferecida indistintamente a todos os produtores do Treze. Além do treinamento e financiamento, o produtor contava com mercado seguro para comercialização das mudas no Norte e Nordeste do Estado.

No entanto produzir mudas selecionadas requer o domínio de técnicas de muito rigor e com dedicação constante do produtor. Os que perseveraram e ainda hoje prosseguem nesta atividade foram recompensados pelo grau de enriquecimento.

Na visão de alguns dos nossos informantes, esta opção

foi possibilitada por qualidades pessoais, como vemos no exemplo seguinte:

**"Não procurei me desenvolver, pegar financiamento, outros tiveram disposição e souberam aplicar em viveiros." (J.S. 49 anos, 7,5 ha).**

Veremos no entanto a seguir que não basta a "disposição" ou a coragem. A situação familiar do produtor teve grande peso na possibilidade ou não desta opção.

### **3.1.1.b O Gado e o Leite**

Este comércio provem da produção direta do fazendeiro ou das transações de compra e venda na região. Somente os produtores ricos que detém terras destinadas à produção pecuária, exercem esta atividade (Ver Quadro 5 pag. 122 ). Observa-se algum caso raro de produtores médios que exploram uma pequena pecuária em áreas circunvizinhas ao Treze, mas suas explorações não chegam a se constituir como a dos produtores ricos em fonte de comércio permanente. O caráter da exploração é tipicamente de poupança para a unidade familiar nos momentos de necessidades extras, como a doença, casamento etc.

O tripé laranja - pecuária - comércio representa a associação de maior peso na capitalização dos produtores. É da flexibilidade dos recursos provenientes destas atividades, por sua vez via de regra financiadas pelo crédito bancário, que o produtor consegue mobilidade para investir nas atividades na hora propícia e assim aumentar seu patrimônio. Logo, em que pese a importância da laranja, não é apenas da reprodução ampliada dessa

cultura que advém a ascensão desses produtores. Enquanto o gado constitui-se em reserva de valor, a laranja carrega a desvantagem da perecibilidade, o que supõe a sujeição dos produtores aos preços oferecidos pela indústria ou no comércio direto, no momento da colheita.

Nestes termos na opinião de todos os nossos informantes, o gado significa uma reserva de valor sempre pronta a ser transformado em dinheiro quando necessário, oferecendo maior margem de segurança para arriscarem-se no crédito bancário, já que o gado não oferece os riscos de frustração de produção como se dá com as lavouras.

Quanto ao comércio do leite in-natura, apenas quatro produtores (entre os ricos) do Treze, dominam esse comércio; o leite provém do seu próprio rebanho. O comércio do leite como do próprio gado em pé, são fortes indicativos da prosperidade desses produtores, pois constituem-se numa renda permanente, em oposição à renda sazonal da produção agrícola, determinada pela ordem natural do processo vegetativo da planta, já que não existem cultivos de laranja com sistema de irrigação (a não ser para os viveiros), no Treze.

### **3.1.2. A Intermediação pelos Médios e Pequenos Produtores**

Em menor dimensão encontram-se as intermediações de maracujá e fumo executadas por médios e até por pequenos produtores. No caso do maracujá por exemplo, o pequeno produtor compra o produto sem classificação (bons e ruins) a preço baixo e após uma seleção dos melhores frutos vai negociá-los

diretamente com os supermercados de Aracaju.

O maracujá oferece vantagem de não ser um produto pesado, podendo ser transportado para o local onde se dá a venda através de transportes coletivos (ônibus), como fazem dois dos nossos informantes.

Vejamos o depoimento de um destes intermediários de maracujá que ressalta as vantagens dos negócios:

(---) é porque o negócio é todos os dias, quando não falta maracujá. Agora quando falta é só 2 vezes por semana e a laranja é só de 6 em 6 meses né? (---) tem que fazer negócio. Eu não tenho estudo, agora eu sei comprar, sei vender. Eu compro 10 porco 10 boi na cabeça assim sem sabr ler." (J. A, 43 anos, 1,5 ha)

Ocorrem também as intermediações da produção do fumo (em corda), feitas por médios e pequenos produtores. Estes no entanto não conseguem grandes ganhos porque o domínio da comercialização do fumo naquela região encontra-se hoje nas mãos de dois grandes intermediários de Lagarto, que negociam diretamente, com Estados do Norte e Nordeste do país. A função dos intermediários do Treze aliás filhos de antigos fumicultores é praticamente de sub-intermediação com os preços já fixados pelos dois comerciantes que detém o monopólio na região.

### 3.2 As Casas Comerciais

Os produtores mais ricos do Treze possuem os comércios mais vultosos. Os nossos informantes mais ricos possuem casas comerciais tais como: Casa de insumos e equipamentos agrícolas,

açougues (abastecido da própria produção do produtor), supermercado de secos e molhados etc.

Outros têm negócios sem depender de base física; é onde se encontra a maior variação de atividades comerciais.

### 3.3 Os Pequenos Negócios

O comércio dos médios e pequenos produtores é mais limitado: Banca de frutas e legumes instalados no próprio Treze aproveitando o fluxo de carros e pessoas que transitam pela rodovia, beirando a Colônia. Nestas bancas os produtores comercializam os produtos da própria produção e outros adquiridos do próprio local ou de fora.

Existem também aqueles pequenos feirantes que instalam suas bancas na feira semanal de Lagarto. Comercializam café, açúcar, arroz, feijão, sabão etc., produtos geralmente adquiridos no atacado. Com isto, o produtor além de seu lucro de intermediário, obtém as mercadorias para o consumo da família a preço de atacado.

Outra opção de renda dos pequenos produtores são as bodegas, na maioria das vezes instaladas de forma clandestina no interior das residências. Nestas bodegas comercializa-se desde tecidos a produtos alimentícios, bebidas, etc., também com a dupla função de extrair o lucro comercial e conseguir os produtos de consumo por preços melhores. O lucro é aplicado no pagamento das atividades agrícolas, ou em despesas domésticas: lençóis, toalhas, panelas, louças etc.

#### 4. O fator mão-de-obra

##### 4.1. Trabalho Manual ou Mecnizado ? - O Fator Custo na Unidade Familiar

O cultivo da laranja nos solos do Treze é bastante exigente de fertilizantes e calcários que resultam em custos elevados, na fase de implantação e na manutenção dos pomares. Adicionam-se os custos em horas de tratores, os quais são largamente incorporados ao conjunto das tecnologias aplicadas à laranja. Constata-se esta utilização em diversas fases do processo produtivo, seja no preparo dos solos, seja nos tratos culturais através das práticas de desmatamento/enleiramento; distribuição de calcário; aração e gradagem; roçagem; aplicação de agrotóxicos; aplicação de fertilizantes, etc.

Em decorrência disso, a mão-de-obra manual é demandada em menor quantidade, já que o uso de tratores é prática habitual no Treze. No entanto isto não é o caso para os produtores que não conseguem financiar os custos da produção exigidos com recursos próprios e que não se arriscam a apelar ao crédito bancário.

Para estes produtores a procura por trabalho manual vai ser intensa, principalmente no período da colheita e secundamente para os tratos culturais: no coroamento (1) e na

---

(1) Coroamento - denominação técnica que se dar às operações de limpas - feitas com enxada ou com herbicida, ao redor da planta.

poda/desbrota(1), com vista a não causar dano às plantas.

Examinando inicialmente os dados do sistema de produção de laranja, indentificado pela EMATER-SE, - Quadro 1 - Custos de Implantação de 1 ha de laranja - (Espaçamento 6x4), observa-se a seguinte situação de custos, associados a utilização do trabalho manual e mecânico.

Para o cultivo e manutenção de 1 ha de laranja no primeiro ano de vida, necessita-se de 21 h/t (hora/trator) que correspondem em recursos financeiro (a preço de dezembro de 1990) a Cr\$ 67.080,00, para desmatamento, aração e gradagem. As demais práticas são feitas manualmente. Ressalva-se entretanto as atividades de aplicação de fertilizantes, calcários e de agrotóxicos que podem opcionalmente serem feitas por trabalho manual ou mecânico<sup>2</sup>.

Segundo a análise do Quadro 1 pag. 117 (Anexos), contata-se que as operações manuais para 1 ha de laranja absorvem 55 dias de trabalho (homem dia) ou seja Cr\$ 22.000,00 em recursos financeiros. Logo Cr\$ 67.080,00 usando o trator contra Cr\$ 22.000,00 em homem/dia pelo mesmo trabalho, realizado manualmente.

---

(1)Poda/desbrota - técnica orientada para a boa formação da copa da planta. (Sobre o assunto Cf. Sistema de Produção de Laranja no. 1/89 - EMPEASE e EMBRAPA - SE.

(2)A opção condiciona-se: 1º ao poder de pagamento do custo do trator pelo produtor; 2º à disposição das plantas no pomar (variação dos espaçamentos, que permitam a passagem do trator).



Em uma análise mais detalhada, (que apresentaremos mais adiante) observa-se que não é tão simples a "opção" por trabalho mecanizado ou manual. Vários fatores podem influenciar nas decisões dos produtores. Por exemplo:

- Para a aplicação de agrotóxicos em 1 ha de laranja necessita-se apenas de 1 dia de trabalho de um homem, cujo custo é de Cr\$ 400,00. Enquanto isso, custa Cr\$ 2.480,00, para realizar o mesmo trabalho com trator. Analisando a opção do agricultor à luz dos custos, deduz-se que o produtor que não possui trator, vai decidir-se pelo trabalho manual, uma vez que o custo de 1 hora de trator excede 5 vezes 1 dia de trabalho manual. Além do mais às despesas com trator deve adicionar-se ainda a diária do tratorista.

- A aplicação de fertilizantes, igualmente para 1 ha, necessita de 7 dias de trabalho manual. Seus custos (a preço de Cr\$ 400,00 h/d) somam Cr\$ 2.800,00, isto é, excedem em apenas Cr\$ 320,00 o preço de 1 hora de trator ou seja, Cr\$ 2.480,00. Mas nem todos os produtores vão se orientar apenas pelo fator custo por que existem outras variáveis inerentes a cada unidade de produção que influenciam e diferenciam as estratégias do agricultor.

Tomando ainda o exemplo da aplicação de fertilizantes em 1 ha de laranja (7 h/d): Tratando-se de um produtor familiar, que disponha de uma numerosa força de trabalho, desocupada mas que não possua trator, supõe-se que ele vai decidir pelo trabalho manual, uma vez que assim poderá isentar-se dos custos com a contratação de trator. Vejamos como procedem os produtores do Treze segundo os dados da pesquisa.

Com relação aos tratores, constatamos que os 5 produtores mais ricos de nossa amostra os possuem (que também são os mais ricos do Treze.) Os demais 15 produtores designados como "médios" e "pobres" não possuem tratores; quanto a seu uso não obtivemos as informações de todos, mas pudemos obter algumas indicações de 5 destes produtores médios e pobres que declararam contratar serviços de tratores.

Apenas 2 destes 5 produtores (médios e pobres) não dispunham de mão-de-obra familiar, já que os filhos são menores de idade; outros 3 dispõem de mão-de-obra familiar, entre eles 2 que remuneram os filhos de forma permanente e ainda assim contratam serviços mecanizados.

Logo o pressuposto de que a disponibilidade de mão-de-obra familiar poderia motivar a não contratação do trabalho mecanizado no Treze não constitui explicação suficiente no caso destes produtores, principalmente quando se observa que eles representam diferentes estratos de área e diferentes tamanhos de família (Ver utilização de trator no Quadro 2 pag. 118 - Anexos).

Outro fator intervem no caso Treze. Observa-se que a mecanização e adubação para laranja estão associadas ao uso de recursos do crédito bancário. Quando recorrem ao crédito de custeio, tanto os produtores médios com área na faixa de 6 a 8 ha(1), quanto os pequenos com área de apenas 1,5 ha utilizam os serviços mecanizados. Tal fato se explica pelas próprias condições dos custeios do Banco que já determinam o tipo e a quantidade de serviços a financiar (mecanizados e/ou manual). Com isto verifica-se que, apesar da retirada dos subsídios do crédito, o custeio agrícola continua amarrado aos pacotes tecnológicos. E assim percebe-se que os produtores médios e pequenos que não conseguiram investir em máquinas no tempo das facilidades dos juros baixos, continuam hoje mais dependentes dos recursos externos, não só para custear serviços mecanizados, mas também para financiar os insumos (adubos principalmente).

Vale lembrar mais uma vez que a introdução da laranja resulta de medidas públicas de modernização atrelando as pequenas unidades familiares aos capitais industriais e financeiros.

15% dos informantes avaliaram que vêm se arruinando gradativamente porque os seus pomares têm regredido em relação ao volume de produção, face à impossibilidade de mantê-los adubados com recursos próprios, quando por outro lado, os .1s1

---

(1)Esta é a estratificação que atribuímos ao universo dos nossos informantes, comparativamente, em relação ao conjunto deles. Difere da estratificação do Estado baseada apenas no tamanho da área.

custeios do Banco se tornaram hoje, totalmente inviáveis, particularmente para os produtores mais pobres, que não dispõem de uma renda diversificada.

Em que pese a importância do crédito para o produtor descapitalizado este modelo contudo traz no seu bojo sua própria contradição, uma vez que tenha ter recorrido a ele para financiar o plantio especializado da laranja, o produtor passou a depender permanentemente do crédito para insumos, para tratores e para o assalariamento, rompendo assim com o anterior padrão de agricultura especificamente familiar.

#### **4.2. O Assalariamento Permanente e Temporário Verso Trabalho Familiar**

Quanto ao trabalho permanente, constata-se que somente o grupo dos "enriquecidos" têm condições de contratá-los. Destaca-se contudo que estes produtores não são apenas cultivadores de laranja. Eles diversificam suas atividades com a exploração pecuária, que usa o trabalho permanente do vaqueiro. Os moradores desses grandes estabelecimentos provavelmente também são contados entre os trabalhadores permanentes.

O número indicado pelos informantes é bastante elevado, principalmente aquele apresentado pelos "enriquecidos" (30 empregados), para 2 deles que têm famílias de sua confiança, residentes nos seus estabelecimentos situados em outros locais inclusive no Estado da Bahia.

Com relação ao assalariamento temporário a amostra sinaliza para sua utilização quase generalizada.

Existem variações apenas no número de trabalhadores e na frequência das contratações (dias de trabalho) de acordo com a condição do produtor. Estas variações não são determinadas apenas pelo tamanho da área. Elas aparecem relacionadas com o uso da mecanização e com a disponibilidade de mão de obra familiar, particularmente no caso dos médios e pequenos produtores.

O assalariamento contratado por estes produtores não invalida a condição de produtores familiares (exceção para os dois mais ricos), nem substitui o trabalho familiar, que é comum.

No caso das famílias mais pobres o trabalho da esposa assume papel relevante. Ela trabalha ativamente tanto no trabalho braçal como nas providências burocráticas frente ao Banco. Muitos dos enriquecidos, que hoje se ocupam apenas da administração, atribuem sua prosperidade também ao trabalho árduo que ambos (marido e mulher) empreenderam no início de suas trajetórias.

Não quantificamos o número de pessoas assalariadas em cada fase do processo produtivo (nosso questionário se referia ao conjunto das atividades) contudo tanto as informações dos técnicos quanto as declarações de todos os produtores indicam que a demanda é intensificada, no período da colheita, quando ocorre inclusive, falta de braços nessa época.

A explicação para esta carência tem sua base na própria peculiaridade do sistema produtivo da laranja, que não exige um trabalho intenso e continuado do homem durante todo o ano agrícola.

De um lado a mecanização reduz em parte o emprego de mão de obra por outro lado, poucas operações exigem trabalho manual e só em períodos intermitentes: a colheita e o coroamento, como também a gradagem e a adubação, caso se opte pelo trabalho no caso dos 2 últimos manual, ( De acordo com a EMATER e EMBRAPA, recomenda-se os cuidados com gradagem nos períodos mais secos, de setembro a março, (não devendo exceder duas por ano), podendo no período de chuva (abril-julho) o mato ser tolerado, ou periodicamente roçado).

Estes dados ajudam a esclarecer a razão do baixo emprego da mão de obra familiar nos lotes dos produtores mais pobres e até de médios produtores. A sazonalidade da laranja, e o tamanho reduzido das terras, constituem-se em obstáculo para a absorção e manutenção de uma família numerosa.

Em vista disso, muitos filhos desses produtores substituem as atividades agrícolas por outras variadas formas de ocupações. Por falta de qualificação profissional apelam para o sub-emprego urbano no próprio local; ou em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo Aracaju. Alguns poucos que completam o 2o grau, conseguem emprego público junto ao Estado ou Município em atividades de ensino. Isto entretanto em número bastante reduzido face à limitada oferta nesse campo de atividade. Grande número de filhos desses agricultores médios e pobres, apenas se dedicam aos estudos. São filhos mais jovens, em particular do sexo feminino, que também planejam seu futuro fora da agricultura. A perspectiva destes jovens é de conseguirem um emprego público na cidade e simultaneamente seguirem carreira na Universidade.

Dessa forma os filhos que permanecem ligados à unidade familiar, geralmente são somente aqueles que constituíram família mais cedo. Não detêm a posse da terra e por isso continuam produzindo na unidade paterna, às vezes até morando com os pais; alguns deles inclusive mantêm relação de assalariamento temporário ou permanente com os próprios pais.

Aliás todos os produtores contratando assalariados na cultura da laranja que encontramos durante a pesquisa, afirmaram que parte desses trabalhadores provinham das famílias mais pobres, cujos filhos (casados ou não) precisam de um complemento de renda. No entanto quando interrogamos àquelas famílias mais pobres, com muita mão-de-obra e pouca terra, não admitiram que os filhos estivessem trabalhando como assalariados em outras propriedades. Não sabemos se não queriam admitir o status, devido a origem familiar de colonos cooperados, ou se por coincidência nossa amostra não contemplou nenhuma dessas famílias fornecedoras de mão-de-obra.

Além desta força de trabalho local, são empregados também sertanejos (da região semi-árida do Estado) que no período de verão recorrem ao assalariamento na laranja.

A troca de trabalho praticamente não existe. O assalariamento pago com o custeio do Banco modificou totalmente esta forma de interação entre os agricultores. Encontramos apenas alguns casos esporádicos de produtores que, numa relação de 'compadrio ou de parentesco, dão alguns "adjutoro", ajuda na fabricação artesanal do fumo em corda como também na raspagem da mandioca para o processamento da farinha, logo o que à primeira

vista parecia paradoxal agora se explica: São os produtores mais "prósperos" ou "enriquecidos" que contam mais intensamente com o trabalho familiar; isto é, o dos filhos homens adultos, que desde cedo engajam-se no conjunto das atividades familiares: citricultura, pecuária, comércio e até mesmo cultivo do fumo, preparando gradativamente sua independência. A diversidade das atividades proporciona ocupação permanente e remuneradora. Esperávamos encontrar os filhos dos mais ricos estudando até a universidade. Não é o fato porque encontram atividades remuneradoras a partir do estabelecimento paterno. Pelo contrário, os filhos dos menos privilegiados optam pelo estudo por falta de oportunidade na propriedade familiar.

Não obstante as limitações de trabalho o desejo marcante de todos pais (pequenos, médios ou grandes produtores) é de poder perpetuar a unidade de produção familiar. Contudo vale dizer que suas perspectivas não são de se limitar apenas ao trabalho agrícola, mas de explorarem a atividade agropecuária conjugada ao comércio.



## CAPÍTULO IV

### OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO E SEUS EFEITOS NAS TRAJETÓRIAS DOS PRODUTORES

#### 1 - A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

Não pretendemos nos deter em uma discussão exaustiva sobre a política de crédito, mesmo porque existe uma vasta literatura sobre esta problemática (1). Necessitamos porém situar alguns aspectos introdutórios sobre o assunto com vistas a definir o fio condutor que orientará a análise da realidade empírica que pesquisamos.

Desde a sua criação em 1965 (2), a política de crédito vem passando por grandes transformações refletindo diferentes fases do processo de intervenção do Estado no padrão tecnológico através da política de financiamento definidos para a modernização brasileira (Silva, 1990).

---

(1) Vários autores brasileiros tratam desta questão. Orientamos-nos neste trabalho pelos estudos de Delgado, Sorj, Wilkinson, e Silva (Graziano da) Política de Crédito e o Novo Padrão Agrícola, 1990.

(2) O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado no país através da Lei 4.829 de 05/11/1965 e regulamentado pela Lei 58.380 de 10/05/1966. Até os anos 50, o capital mercantil usurário ocupava espaço privilegiado no Brasil de forma que se dificultavam transformações mais profundas na organização da produção face ao nível de desmonetarização oriundo da restrita circulação do capital-dinheiro (Silva:1990).

O período de 1967 a 1979 é tido como o de maior impulso da modernização "conservadora", caracterizados pelas políticas de financiamento rural altamente subsidiado pelo Estado.

Com este modelo, visava-se estabelecer as bases para a formação e/ou ampliação de uma agricultura totalmente integrada à agroindústria, de modo que a agricultura pudesse criar capacidade produtiva como compradora dos meios de produção gerados pelo setor industrial (fertilizantes, sementes, defensivos, calcários, máquinas etc.) e ao mesmo tempo pudesse operar como produtora de matéria prima para a indústria (Sorj, 1980:55).

Segundo Delgado (1) esta política de fomento agrícola apoiou-se ao longo de sua aplicação em três modalidades de financiamento: 1) política de financiamento rural; 2) política tecnológica e 3) política fundiária, as quais efetivam-se através de empréstimos a taxas reais de juros negativas. A isto somavam-se as condições especiais de carência e prazos de pagamento elásticos (1985: 79 a 111).

Os produtores do Treze, público potencialmente beneficiário dessas políticas pela condição de cooperados, desenvolveram suas trajetórias nesse contexto, apesar das diversidades ocorridas.

Examinando o universo da nossa pesquisa, constata-se que

---

(1) DELGADO, Guilherme da Costa. Capitalismo Financeiro e Agricultura no Brasil, 1985.

a grande maioria dos produtores entrevistados iniciou suas trajetórias no Treze entre o período de 1959 a 1976, logo em plena fase dos privilégios do crédito subsidiado, administrado pela Cooperativa.

Os efeitos dessa modernização estão fortemente marcados nas unidades produtivas destes produtores. Doze (12) dos informantes foram mais ampla e diretamente beneficiados, a partir mesmo do financiamento da política fundiária, quando obtiveram os seus lotes financiados em condições especiais de pagamento, através da compra feita à Cooperativa. A segunda via mais frequentemente encontrada de obtenção da terra entre os informantes foi a compra a sócios desistentes dos seus lotes. Logo a grande maioria dos produtores se beneficiou direta ou indiretamente do crédito fundiário subsidiado dos anos 60 a 70.

No tocante ao crédito de investimento relacionado à formação de culturas perenes, mais particularmente a laranja, constatamos que o crédito subsidiado dos anos 70 também foi o grande motor desta mudança.

Posteriormente à posse da terra, o crédito para investimento na formação dos pomares foi o maior impulsionador para promoção da capitalização dos pequenos produtores do Treze, embora em graus diferenciados. Mesmo para aqueles que se recusaram a manter relações direta com os agentes mediadores do crédito - Banco, Cooperativas ou Assistência Técnica, a base da sua relação com o cultivo especializado da laranja advém do incentivo do crédito subsidiado, na medida em que estes produtores

adquiriram lotes com os pomares já implantados.

Se nos detivermos inicialmente no peso da utilização do crédito rural nas trajetórias desses produtores, podemos comprovar que de fato esse capital subsidiado pelo Estado foi a "alavanca" para a prosperidade de alguns pequenos produtores, em que pesem os limites e a seletividade inerente a esta política.

O crédito "barato", segundo a avaliação dos nossos informantes, ajudou no financiamento da terra e da produção agrícola e estas por sua vez reverteram-se em capital, mediante a ampliação de novas áreas, aquisição de máquinas agrícolas, construções, e sobretudo abriu espaço para que alguns produtores (os enriquecidos) pudessem aplicar os rendimentos líquidos auferidos em algum negócio, o qual se reveste de peso significativo para a projeção e sustentação econômico-social dessa categoria dos mais enriquecidos. Vejamos a declaração do Sr. N, 56 anos - proprietário de 74 ha:

Agradeço ao Banco do Brasil que me deu um crédito a longo prazo. Com esse crédito eu comprei máquina, trator, a área de laranja que tenho hoje, foi tudo financiado pelo Banco do Brasil, com juros baixos, a longo prazo (...)

Foi desse crédito e o meu esforço e minha dedicação nessa época que plantei laranja. Eu plantava fumo, daí antes da laranja eu vivia com a vida aperrriada. O meu gado nesse tempo era pouco. Vivia assim de pequenas coisinhas. Depois foi que o pomar começou a produzir e

daí, eu fui aproveitando a sobra do dinheiro, fui aplicando, aplicando, não fiz como tantos outros que pegaram o dinheiro e pensaram que eram ricos e estourou logo, pronto (...).

Na época que eu estava plantando laranja eu não tinha loja (loja de produtos agropecuários), eu não tinha o rebanho que tenho hoje, daí que a laranja começou a produzir eu comecei a produzir, a aproveitar e eu agradeço à laranja, o sítio do pomar. Primeiro ao Banco do Brasil que financiou e segundo a laranja que deu rendimento favorável .

Outro aspecto relevante diz respeito aos incentivos para o custeio agrícola, condição compulsória face a exigência continuada por adubação, correção dos solos, tratos mecanizados etc; 95% dos citricultores da nossa amostra iniciaram suas trajetórias graças do crédito de custeio subsidiado. Apenas um pequeno produtor ainda hoje estagnado nunca operou com o Banco.

Estes custeios financiam adubos, defensivos, mudas selecionadas e assalariamento de mão de obra manual ou mecanizada, exigidos para o cultivo tecnificado. Esta modalidade de crédito foi (e continua) extremamente importante, uma vez que a rentabilidade da laranja está diretamente condicionada ao uso de tratos culturais.

A Cooperativa estabelecia o elo estratégico entre os capitais financeiros e industriais isentando esses produtores da burocracia bancária, no momento da tomada do empréstimo, assim

como protegendo-os das exigências bancárias, quando da ocorrência de frustração de safra. Da mesma forma intermediando os interesses do produtor (como também do Estado via impostos)<sup>1</sup>, a Cooperativa centralizava a comercialização da produção e a aquisição de insumos, os quais eram repassados aos cooperados não em dinheiro mas em produto.

A maioria dos nossos, informantes se referem ao período inicial de atuação da Cooperativa como aos "tempos de ouro" das facilidades do crédito subsidiado. Ver no quadro 6 (Anexos) a composição dos benefícios da Cooperativa apresentada pelos nossos informantes.

Embora tenha gerado alterações no processo de trabalho da unidade familiar face a inserção do trabalho mecanizado; em particular tenha provocado dependência de insumos industriais, o efeito positivo do crédito contribuiu para renda em grau importante, de grande contingente de pequenos produtores do Treze, embora em graus diferenciados.

Constata-se esses resultados não somente entre aqueles que se distinguiram inicialmente por uma área de terra maior (proprietários não cooperados), mas igualmente para uma grande

(1) Segundo Wilkinson o Sistema Cooperativista desempenhou um importante papel na consolidação do modelo modernizante. Integrou os pequenos produtores à rede de intervenção governamental ao mesmo tempo reduzindo os riscos do Banco e dispendios do Estado. (1986:107).

maioria de pequenos produtores que saíram do patamar de 1,5 ha e atingiram níveis de acumulação embora diferenciados, quando inseridos no circuito do Sistema Cooperativista.

Por outro lado, precisa-se tomar em conta outros fatores decorrentes da própria organização interna da unidade familiar, traduzidos no tamanho da família, disponibilidade de filhos adultos para o trabalho, idade dos chefes (pai e mãe), escolaridade e saúde da família, que influenciam a opção desses produtores em direção ao crédito oficial ou seu afastamento do mesmo. Este constitui uma estratégia de defesa da unidade familiar, uma vez que esta não pode expor o patrimônio da família aos riscos do endividamento bancário.

Esta questão se torna mais clara quando analisamos algumas trajetórias dos nossos informantes.

Os dois produtores mais enriquecidos do Treze, cujos patrimônios foram construídos graças aos instrumentos da modernização especialmente o crédito rural e a assistência técnica, promovidos pela Cooperativa, iniciaram suas trajetórias ainda na condição de solteiros. Como não tinham a responsabilidade de uma família puderam lançar-se com mais agressividade às experiências da agricultura moderna e financiada pelos Bancos, uma vez que os riscos só ameaçam a eles mesmos.

No caso do produtor S (o mais rico de todos), a condição de solteiro permitiu-lhe atravessar os primeiros obstáculos com mais facilidades do que poderia ocorrer, se se tratasse de um pai de família. Ele relata a sua história ressaltando o fato de ter sido acolhido por um colono já fixado

enquanto tentava o seu ingresso na Cooperativa:

Quando eu cheguei aqui eu não tinha nada. Cheguei aqui montado em uma bicicleta, puxando uma cachorrinha (...). Tive apoio de gente humilde aqui, que me botou dentro de casa..."(Sr. S. 44 anos proprietário de 545 ha)

Em oposição à trajetória dos solteiros, a maioria dos pais de família (alguns inclusive contando com a ajuda dos filhos no trabalho) operaram com o crédito subsidiado com uma certa cautela, pautando-se na premissa de não colocar em risco a propriedade da terra e a reprodução da família. Constata-se no depoimento do Sr. Z. V., 74 anos, 7,5 ha:

"Quando eu cheguei aqui, a Cooperativa ainda tinha os trator (...) este lote era feito (1,5 ha) mas o grande (6 ha) era todo mato. Aí eu cheguei com a minha família, todo mundo roçando lá. Seu M, vizinho de terra disse: Seu Z. V. faça isso assim não, o Sr. não acaba de fazer nunca. Prá isso nós tem os trator, trator de esteira (...) a Cooperativa foi criada é pra isso (...) Aí fiz financiamento pra laranja. Mas aquele

---

(1) O produtor B morava desde os 12 anos em companhia de um parente. Trabalhou nesta condição até os 25 anos quando quando então conseguiu adquirir o 1 lote de 1,5 ha. O preço de seu trabalho era a garantia da sobrevivência, conforme suas palavras: "Trabalhava pela comida".



serviço eu tinha família grande, eu mesmo ia fazendo com o meu povo só devia o custeio. Aí tinha tempo longo pra pagar trabalho que eu ia fazendo com a família. Todo ano pagava uma parcela (...). O crédito já tinha financiamento pra tudo: trator (mão de obra) adubo de todo tipo (...). Fazia empréstimo pra adubação eles trazia aqui mesmo. Fazia a adubação e da adubação, com a renda daquilo, já ia crescendo".

O produtor iniciou sua trajetória no Treze com 1,5 ha. Hoje possui 7,5 ha onde criou toda a família (10 filhos). Sua avaliação sobre a ascensão como médio agricultor remete a ajuda do crédito oficial repassado pela Cooperativa. Vejamos mais algumas passagens do seu depoimento:

"Essa ajuda nasceu do crédito da pessoa. A pessoa teve o crédito, a Cooperativa tava aí. Você precisa do financiamento, ela financiava (...) quem soube aplicar, teve rentabilidade das terras que as terras deu, e assim ele foi crescendo, como acabei de lhe dizer. Quem soube administrar foi subindo e chegou lá".

À despeito de reconhecer a importância do crédito bancário como fator fundamental para o financiamento da agricultura, a maioria dos informantes, pobres, médios e até alguns ricos, afirmaram ter operado com o Banco, mas com muita timidez, a que denominam de "medo" de dever.

Este "medo", analisado à partir das condições objetivas do produtor, traduz-se em precaução contra a expro-

priação dos seus meios de produção, principalmente quando o produtor traz consigo uma numerosa família para criar.

Exemplifica-se no caso de um dos nossos informantes, o Sr. J. G., de 52 anos e proprietário de 1,5 ha. Embora este produtor tenha adotado o cultivo da laranja, declarou ter resistido às burocracias do Banco, da Cooperativa e às próprias práticas "impostas" pela Assistência Técnica. Não obstante o esforço despendido para manter-se com recursos próprios, este produtor continua estagnado em 1,5 ha em que pese sua reduzida família (ele a esposa, não tiveram filhos).

Uma vez inserindo-se na lógica da modernização, o produtor também entra na dependência das redes de intervenções estabelecidas pelo pacote, crédito e/ou assistência técnica correndo todos os riscos que isto implica.

Vejamos o depoimento desse produtor acima mencionado:

"Tinha nervoso de não poder pagar. Do inverno não vir. Tem gente batendo caixa de laranja (1) por que teve que vender as 5 tarefas (1,5 ha) para pagar ao Banco. Bote aí: Tenho medo".

Portanto o recuo frente aos pacotes não deve ser interpretado como falta de receptividade. A lógica do produtor determina-se pela necessidade de garantir o seu único meio de reprodução, a terra e por isso ele não pode se submeter aos riscos das regras bancárias, enquanto sua pequena produção está

---

(1) Usam esta expressão para referir-se ao assalariamento na colheita da laranja. Indicativo de descida social. Com sentido indêntico, utilizavam também a expressão "rodar laranja", ou seja assalar-se na limpa da laranja.

sujeita a fatores externos, de clima, preço, etc.

A estratégia aparentemente anti-receptiva às políticas da modernização induzida pode também ser explicada por experiências passadas. Para o Sr. J. G., a terra representa a sua morada e o seu ganha pão depois de uma experiência muito sofrida de trabalho árduo na unidade paterna em alto grau de pauperização.

Nos últimos anos e sobretudo hoje, os produtores vem trabalhando no sentido de romperem com a dependência do crédito bancário. Alguns já o fizeram há bastante tempo esse rompimento (ver Quadro 4 pag. 121 - Anexos), face às desvantagens de pagarem juros e correção do banco para aquisição de insumos, quando o preço da laranja mantém-se em extrema desvantagem comparado aqueles do setor industrial e financeiro.

Da mesma forma, a grande maioria já não estabelece mais vínculos com a Cooperativa embora alguns oficialmente ainda sejam sócios. Apenas alguns fumicultores e pequenos citricultores comercializam a laranja e o fumo através dela. Embora enalteçam o Sistema Cooperatista como saída para os agricultores pobres, descrevem da capacidade das diretorias administrarem eficazmente benefícios igualitários para os seus sócios 1.

---

(1) Conforme já mencionado tivemos informação do retorno de grande número de produtores voltando a atuar com a cooperativa, neste ano de 1992. Isto deve-se a mudanças favoráveis na Diretoria da Cooperativa, uma vez que hoje ele está administrada pelos próprios produtores, sem interferência do Estado.

## 2. A Assistência Técnica e Extensão Rural

Não pretendemos desenvolver grande discussão sobre a influência deste instrumento nas trajetórias dos produtores, mesmo porque nos reservamos a não explorá-lo diretamente em nossa pesquisa, visto a relação que temos como funcionária deste órgão de assistência técnica em Sergipe. Receávamos que pudesse haver desvios nas informações prestadas pelos produtores com vista a não causar desapontamento à pesquisadora como também que nos faltasse o distanciamento necessário para avaliar esta questão pelo fato de estarmos exercendo funções na área de planejamento desde a década de 70.

Dessa forma, as considerações que obtivemos dos produtores sobre a Assistência e Extensão Rural foram tratadas no conjunto das políticas públicas.

Pelas declarações dos nossos informantes, a Assistência Técnica e Extensão Rural seguramente compriu o papel que lhe foi conferido no contexto da modernização induzida, qual seja: de repassadora do crédito rural e disseminadora dos pacotes tecnológicos.

Com isto vê-se reafirmada também a constatação de que a Assistência Técnica e o crédito rural, em particular nos anos 60 e 70, foram os maiores responsáveis pela expansão e reprodução ampliada do capital no campo, e por conseguinte os maiores impulsionadores das desigualdades sociais no âmbito das famílias rurais. Contribuíram para a capitalização de alguns produtores e para outros acentuaram o nível de pauperização.

Esta contradição está nitidamente marcada na realidade do Treze, quando se verificam os efeitos da assistência técnica, (apoiado pelo crédito rural e mediatizado pelo viés do sistema cooperativista) tendo contribuído para a capitalização dos mais enriquecidos e até de médios produtores, enquanto outros produtores familiares continuam trabalhando ao nível da reprodução dos fatores de subsistência.

Esta diferenciação foi gerada pela própria seletividade imposta pela assistência técnica, marginalizando grande número de agricultores, embora na visão de muitos técnicos, isto seja analisado como resultado da não receptividade dos produtores frente às inovações tecnológicas.

Vejamos o que demonstram os dados da pesquisa.

Dentre os nossos informantes 14 declaram-se ter beneficiado da assistência da EMATER-SE; 4 outros informaram ter recebido alguma assistência esporádica, mas ter preferido trabalhar sozinhos e 2 disseram que nunca receberam assistência da EMATER-SE.

Entre os 14 primeiros, 5 são os produtores mais enriquecidos de nossa amostra; eles atribuíram sua prosperidade em parte ao Serviço de Extensão Rural, na medida em que a introdução da laranja no Treze efetivada pela assistência técnica possibilitou a reprodução ampliada dos seus patrimônios. Destacam que a incorporação do cultivo tecnificado principalmente da laranja e do maracujá, deveram-se ao acompanhamento dos técnicos da EMATER-SE, que lhes ensinaram o conjunto de práticas tecnológicas necessárias a condução dos cultivos.

Observe-se o depoimento do Sr. "N" 56 anos, proprietário de 74 ha:lm13 (...) essa ensinacão ajudou bastante, não vamos negar não, porque teve uma época, nós não conhecia nem o adubo químico. Apareceu através da EMATER-SE\*.

Outros produtores destacaram o entrosamento da EMATER-SE e de outros órgãos como também da Cooperativa que facilitou o acesso a operações bancárias e outros benefícios que necessitam de informações em tempo oportuno.

Os 4 produtores que desistiram da assistência da EMATER-SE são justamente pequenos produtores cujas propriedades têm áreas entre 3 a 1,5 ha. Três deles, mencionaram a falta de atenção dos técnicos.

"A EMATER-SE nunca passaram por aqui. Davam reunião lá embaixo (...) fui uma vez pedir pá eles vê o meu pomar mas eles demoraram demais, também não fui atrás deles mais". (J. A., 43 anos 1,5 ha).

Portanto um tratamento menos atencioso para os pequenos pode ter sido motivo de desestímulo.

Este produtor é um dos tantos que venderam o lote de 6 ha financiado pela cooperativa e estabeleceu-se em uma área de 1,5 ha dentro do Treze mas em terras que não pertencem à Cooperativa.



Para outros, algumas técnicas modernas lhes pareceram prejudiciais, principalmente quando implicavam em redução do seus plantios pelo espaçamento maior e conseqüentemente em diminuição da produção(1). Observe-se o depoimento do Sr. M. R., 68 anos proprietário de 3 ha.

No início a EMATER-SE errou um pouco. Ela ensinava a plantar o pomar de laranja com a distância de 7m por 7m de uma planta pra outra. Desperdiçou muita terra (...). O canteiro de plantação de fumo, reconheço que eu plantava errado. A EMATER-SE ensinou a colocar 1 caixinha de fósforo de semente ... Demorei a acreditar, mas ela estava certa".

Essas experiências provocam descrenças relativas aos pacotes tecnológicos transmitidos pelos técnicos. Vejamos o depoimento do Sr. "J. G." - anos 1,5 ha.

"(...) antes cavava muito fundo um espaço medonho. (coveamento para plantar laranja). A adubação que botava não alcançava a planta. A ANCAR-SE errou um pouco".

---

(1) A questão dos largos espaçamentos da laranja (7x7m) no início dos cultivos no Treze (1970) foi abordada por grande parte dos nossos informantes, principalmente os que tem áreas mais limitadas. Relembrem o fato como motivo de prejuízos causados pela EMATER-SE. Sabe-se entretanto que estes espaçamentos estavam condicionados ao uso de trator, além de que segundo depoimento de um assessor da EMATER-SE, com esta técnica visava-se prevenir a infestação por doenças e pragas nos laranjais. Hoje contudo a Pesquisa e Extensão já recomenda espaçamento mínimos de 3,5x3,5.

O que está em jogo nesta questão, não é necessariamente

avaliar entre técnico e produtor quem estaria com a razão. O mais importante é analisar a natureza da relação técnico versus produtor pela própria forma como foi estabelecida em todo país, principalmente nos idos dos anos 60 e 70.

O problema é sobretudo de verificar a serviço de quem e para que foram geradas essas tecnologias e "produzidos" os conhecimentos dos profissionais (da área agrônômica e das ciências sociais).

Voltando ao exemplo do espaçamento da laranja: para os produtores que já possuem área maior de terra, certamente foi menos sofrível suportar os prejuízos causados por uma produção reduzida resultante dos grandes espaçamentos da laranja. Para os pequenos produtores contudo, esta ocorrência teve um reflexo negativo, colocando em risco a própria reprodução da família.

Dáí que os diversos motivos que levam um pequeno produtor familiar a desistir ou a nunca se relacionar com a assistência técnica e o crédito bancário podem ter sua explicação nos fatores produtivos da sua unidade. Ao contrário do empresário capitalista, ele só investe em capital (fertilizantes financiados, máquinas etc.) ou em uma nova técnica quando isto se traduz em rendimentos imediatos e não ameaça a reprodução da família.

Ele não pode investir esperando um retorno - mesmo importante - para vários anos mais tarde.

Na medida em que as tecnologias repassadas pela EMATER-SE não garantem o consumo imediato da família o produtor



racionalmente opta por não aplicá-las, o que nada tem a ver com a falta de receptividade, preguiça ou coisa que o valha.

Esta questão pode ficar mais clara no caso dos viveiros.

A atividade de viveirista, (produção de mudas frutíferas) é vista pelos produtores do Treze como responsável pela prosperidade dos mais enriquecidos.

Esta atividade iniciou com os cursos para formação de mão-de-obra rural ministrado na década de 70 a meados de 80 pelo PIPMO (1) em convênio com a ANCAR-SE/EMATER-SE, e sob a coordenação do Ministério da Agricultura. Estes cursos tinham conteúdo técnico (teórico e prático) sumamente criterioso e exigiam dos produtores participantes muito empenho, dedicação e sobretudo domínio de algumas práticas tais como: adubação, formação de porta enxerto (2), formação de borbulhas (3) etc. A participação nestes cursos era aberta, a qualquer produtor mas as condições técnico-econômicas e sociais dos produtores capazes de

---

(1) PIPMO (Programa Intensivo de Mão-de-Obra), posteriormente SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), hoje extinto..

(2) Porta enxerto, também denominado de cavalo é a planta que serve de receptáculo para receber a borbulha. A planta com a finalidade de porta-enxerto é cultivada a partir do plantio da semente (segundo a variedade desejada).

(3) A borbulha corresponde empiricamente a "olhos da planta" Cria-se a muda introduzindo-se a borbulha no porta-enxerto (corte tecnicamente feito na planta-porta enxerto).

se dedicarem a esta atividade já era implicitamente seletiva (1),

senão vejamos:

- A dedicação intensa exigida do produtor e eventualmente de seus filhos em operações manuais minuciosas constituia-se no primeiro obstáculo para o pequeno produtor familiar engajar-se nesta atividade, já que seu tempo está limitado pela necessidade de produzir a subsistência imediata da família, ou seja os cultivos de milho, feijão, mandioca, batata etc., para seu consumo e as culturas de laranja e fumo para o comércio.

- A necessidade de recursos financeiros para custear os insumos e uma mão-de-obra assalariada numerosa. O crédito bancário para os insumos naquela época em que começou esta atividade era isento de juros; contudo sobre os financiamentos para mão-de-obra incidiam juros de 7% a.a. Era justamente este item que exigia as maiores despesas.

Como já mencionados, entre os nossos informantes somente os dois mais enriquecidos são viveiristas. Estes produtores, ambos cooperados e beneficiários de terra financiada pela cooperativa, embora tivessem iniciado suas trajetórias em situação semelhante aos demais produtores em relação à propriedade da terra (1,5 ha), e à escolarização tinham uma

---

(1) O produtor apto ao credenciamento pelo Ministério da Agricultura tinha que ser aprovado em três fases eliminatórias do curso: Formação - aperfeiçoamento especialização.

condição singular no tocante a estrutura familiar. Ambos eram solteiros (conforme já mencionamos), logo comprometidos apenas com a própria reprodução. A este fator somava-se a própria idade respectivamente 22 e 25 anos, portanto em plena potencialidade de suas forças para lançarem-se às novas experiências.

Ambos os produtores declararam que trabalharam desde 1969 e ainda hoje, com o crédito bancário de onde provieram todos os recursos para atividade de viveiros (e para as demais atividades). Desenvolveram esta atividade e as demais em estreito relacionamento com a EMATER-SE, com a Cooperativa e com os Bancos aos quais declaram dever toda a experiência adquirida que promoveu a reprodução ampliada dos seus patrimônios.

É importante frisar que as mudas uma vez produzidas (segundo o credenciamento do Ministério da Agricultura), automaticamente tem mercado assegurado, haja vista que os custeios agrícolas do Banco já amarravam aos financiamentos a parcela destinada a mudas selecionadas. (1)

---

(1) Por ocasião da nossa pesquisa em 1991 estes viveiristas estavam se ressentindo da atual política de crédito com juros e correções exorbitantes para a agricultura. Por outro lado alguns produtores têm procurado produzir as próprias mudas, acarretando em redução nas vendas dos viveiristas.

Apesar dos mais enriquecidos terem construído o seu

patrimônio a partir da combinação de atividades diversificadas, proveniente do ramo agrícola, pecuário e dos negócios (todos originários de uma base agrícola subsidiada), seu enriquecimento aos olhos da maioria dos nossos informantes deve-se em grande medida a atividade de viveirista.

Mais uma vez os produtores interrogados costumam atribuir o sucesso dos viveiristas às qualidades pessoais desses produtores como veremos a seguir:

"Não procurei me desenvolver (...) pegar financiamento. Outros tiveram disposição souberam aplicar em viveiros",  
(Sr. J. S. 49 anos, 6 ha).

Reforçando o mesmo sentido vê-se outro depoimento:

"Quem tem mais experiência qualquer ajuda vai. Tem que ter boas idéias. S e TH souberam aplicar em viveiros"  
(M. R., 68 anos 3 ha).

Ou ainda:

"Não tive o conhecimento. Quem teve coragem pra negociar, teve viveiro bem vendido prosperou. (R. P. 74 anos, 7,5 ha).

Sem negar essas qualidades dos mais enriquecidos, precisamos também chamar a atenção sobre as razões que impedem os produtores de se integrarem a uma atividade especializada e

exigente do endividamento bancário. Estas tem sua base na própria condição familiar, que os limita a continuarem produzindo os cultivos básicos, porque são estes que garantem a reprodução continuada da família e a posse da terra que não pode correr o risco de hipotecar-se às dívidas bancárias.

Entretanto a maioria dos produtores, assim como alguns agentes sociais assimilam a ideologia dominante reproduzindo a idéia de que tudo se resume a coragem.

Ainda que esta seja a percepção mais generalizada, outros produtores tem uma interpretação muito clara sobre sua condição, a exemplo do Sr. J. H.;

**"O crédito e os adubo barato não chegava pra os cooperado mais baixo".**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou investigar trajetórias ascendentes e descendentes dos produtores no contexto da modernização. Partíamos do pressuposto de que o crédito rural e a assistência técnica tiveram papel relevante para a capitalização de um grande número de produtores, contudo não seriam os únicos instrumentos do sucesso.

Daí o interesse da nossa pesquisa, porque recusamos as idéias que atribuem o progresso dos produtores unilateralmente a estes dois fatores, sem que tome em consideração os outros aspectos que perpassam as trajetórias de produção do agricultor, sobretudo os fatores inerentes à condição da família.

É importante assinalar que as ações da Cooperativa, do serviço de extensão rural e também dos agentes financeiros não são neutras. Elas estão assentadas nos paradigmas da modernização seletiva, cuja meta principal é promover a acumulação ampliada do capital. Da mesma forma, as próprias atitudes dos agentes de trabalho (do setor agrícola), também estão marcadas por essa ideologia estatal hegemônica.

A análise dos dados da nossa pesquisa fornece elementos que nos permitem constatar que de fatos um conjunto de circunstâncias e fatores muito mais complexos que a simples equação esquemática "crédito x assistência técnica = progresso" se interpõe nas trajetórias dos produtores.

A propriedade da terra para os produtores da nossa mostra constitui-se no elemento essencial para o acesso ao

progresso. Nossos informantes que tiveram o privilégio de se apropriarem de uma área de terra no Treze, foram potencialmente distinguidos pelos benefícios dos pacotes subsidiados da política modernizante dos anos 60 e 70.

Simultaneamente ao fator terra, interpõe-se o instrumento do cooperativismo, uma vez que a propriedade da terra da grande maioria proveio da ação estatal mediatizada pela Cooperativa. O crédito rural subsidiado, sem dúvida constituiu-se na "alavanca" para o financiamento desses produtores descapitalizados. Percebe-se contudo que o elemento essencial esteve diretamente associado à oportunidade em que se deu o engajamento do produtor com os financiamentos. Aqueles que aproveitaram as vantagens das taxas reais negativas e as facilidades de prazo e carência, particularmente no período 1967-79, puderam ampliar o seu patrimônio.

Ademais, o efeito do crédito na acumulação de capital de alguns produtores também só foi possível em condições favoráveis de preço para a produção e corroborado por flutuações também favoráveis de mercado.

Percebeu-se também que o sucesso na aplicação do crédito só pôde ser viabilizado mediante a transferência de tecnologias cientificamente orientadas pelos serviços de extensão e apoiadas pela pesquisa. Com isto denota-se que não obstante a importância do financiamento, é preciso examiná-lo no conjunto das circunstâncias, já que ele tanto pode contribuir para o enriquecimento quanto para o empobrecimento, como demonstrou a nossa pesquisa.

Os produtores que se sobressaem pela reprodução ampliada dos seus capitais - os mais ricos do Treze -, tinham uma condição singular. Iniciaram sua trajetória no auge das políticas públicas subsidiadas; foram favorecidos pela idade e sobretudo pela condição de solteiros que permitiu que estes produtores se engajassem com mais agressividade nas experiências tecnológicas financiadas pelo crédito, uma vez que suas responsabilidades se restringiam apenas a sua reprodução pessoal. Em oposição a este grupo dos mais enriquecidos, os médios e pequenos produtores familiares quando se envolveram com os pacotes da modernização, o fizeram com bastante cautela, uma vez que carregavam sobre si a responsabilidade da reprodução da família. Estes não podiam (não podem) investir em tecnologias que não ofereçam retorno imediato, ainda que sejam importantes, e também não podem submeter a propriedade da terra aos riscos hipotecários do crédito bancário.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Campesinato: Lógica Econômica e Política Públicas*. (Trabalho de Seminário, Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, 198-4.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro Graal, 1983.
- ASCISE (Associação dos Citricultores de Sergipe, 1991) *Exposição de motivos sobre a situação da Citricultura para o Governo do Estado*.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capitalismo Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo, Editora Cone, 1985.
- DURHAM, Eunice R e SADER, Eder e CARDOSO, Ruth (Org. CARDOSO). *Aventura Antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- EMATER-SE, *História da Citricultura Sergipana*. Sergipe, 1985.
- EMDAGRO, *Custo de Implantação dos Cultivos: Laranja, Maracujá, Eumo, Mandioca*, Aracaju, 1992.
- EMPEASE, *Formação e Manutenção do Pomar Cítrico*. Circular Técnica v. n. 1 p. 1-23 - nov. - 89.

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. São Paulo, Cortez, 1981.

FERRANTES, Vera Lúcia B. FGTS: Ideologia e Repressão, São Paulo; Atica, 1978 (ensaios 44).

GARCIA JUNIOR, A. R. O Sul: Caminho do rocado. (Trabalho familiar de pequenos produtores), Brasília, UNB, 1990.

GHISLAINE, Duqué. Estrutura Fundiária e Pequena Produção (Um estudo de caso no Cariri Paraibano) Rev. Raízes Campina Grande - UFPB. v. n. 4,5, p. 168-196 Dez - 1985.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE - Censo Agropecuário de Sergipe, 1985.

IBGE - Censo Demográfico de Sergipe, 1991. (sinopse xerocada)

IBGE - Produção Agrícola Municipal Sergipe, 1985.

IBGE - Produção Pecuária Municipal Sergipe, 1985.

INCRA. Análise Sócio Econômica das Cooperativas do Estado de Sergipe, 1980.

- KAGEYANA, A. A. A Modernização, produtividade e emprego na agricultura: Uma análise regional. Campinas - SP: UNICAMP, 1985 i Capítulo p. 9-81, Tese de Doutorado.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária, São Paulo, Proposta editorial, 1980.
- LOUREIRO, Maria Rita G. Cooperativismo e reprodução Camponesa, IN: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil (org. pela autora). São Paulo, Cortez, 1981.
- Terra, Família e capital, Petrópolis - RJ Vozes 1987.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (organizadores). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINE, George. A Trajetória da Modernização agrícola: à quem beneficia? Rev. Lua Nova, São Paulo, CEDEC, n. 23, p.7 - 38 - março. 1991.
- MENEZES, Maria Diná. Cooperativismo de Colonização oficial e dominação. São Paulo, PUC, 1985. (Dissertação de Mestrado).
- MUSUMECI, Leonarda. O Mito da terra liberta. São Paulo, Vértice, 1988.
- SANTOS, J. V. T. dos. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SANTANA, Wellington de. Memorial COOPERIBEZE, 1962-1982, Aracaju, 198-\$.



SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. Tempo Social, Rev. Social, USP. V2. n.1, p. 75-114 - 1. Sem. 1990.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SERGIPE, Arrecadação do ICMS da Laranja 1980-91, Aracaju, 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA. Projeto. Eocão Colônia Irace-SE - 1977.

SEPLAN. Anuário Estatístico de Sergipe, 1987, INEP/DID.

SILVA, J. G. da. A Modernização dolorosa, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SIGAUD, Lígia. Os clandestinos e os direitos, São Paulo. Duas Cidades, 1979.

SOARES, Luiz Eduardo, Camponato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, ed. Guanabara, 1980.

SORJ, Bernardo e POMPERMAYER, Malori J e CORADINI, Odacir Luis. Camponeses e Agroindústria, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. Processos Sociais e formas de produção na agricultura brasileira.

SUDENE< Jorge JATOBÁ, (organizador). Emprego no Nordeste 1950-1980 (Modernização e Heterogeneidade) Recife, Editora Massangena, 1983.

- TAMÁS, Szmrecsanyi e QUEDA, Oriosvaldo (organizadores) Vida rural mudança social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- THIOLLENT, M. Crítica metodológica. investigação social e enguete operária, São Paulo, Polis, 1978.
- SILVA, José Graziano da. A Política de Crédito e o Novo Padrão Agrícola, Campinas, SP- UNICAMP, 1990.
- WANDERLEY, Lilian de Lins. Mudanças na utilização da terra e modernização da citricultura sergipana 1920/1995. Aracaju, UFS, 1988 (Tese Mestrado).
- WILKINSON, John, O Estado a agroindústria e a pequena produção. São Paulo. HUCITEC. 1984.

**ANEXOS**  
**(MAPAS E QUADROS)**



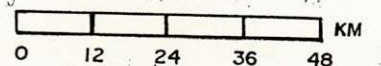
ESTADO DE SERGIPE

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA AGRESTE DE LAGARTO



- ⊙ CAPITAL
- CIDADE
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL

ESC. 1 : 1.200.000



# ESTADO DE SERGIPE

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA AGRESTE DE LAGARTO



MAPA - 2

116



ESC. 1:1.200.000  
0 12 24 36 KM



QUADRO 1

CUSTO DE IMPLANTÇÃO DE 1 ha DE LARANJA  
(ESPAÇAMENTO 6m x 4m)

DISCRIMINACAO	UNIDADE	QUANTID	VALOR (CR\$ 1,00)		BTN (1)	
			UNITARIO	TOTAL	TOTAL	
<b>1. PREPARO DO SOLO E PLANTIO</b>	-	<b>35</b>	-	<b>60.200</b>	<b>681</b>	
- Desmatamento	h/tr	10	3.980	39.800	450	
- Aracao/gradagem	h/tr	5	2.480	12.400	140	
- Marcacao da area	h/d	5	400	2.000	23	
- Coveamento	h/d	8	400	3.200	36	
- Plantio	h/d	6	400	2.400	27	
- Aplicacao do calcario	h/d	1	400	400	5	
<b>2. TRATOS CULTURAIS</b>		<b>41</b>		<b>28.800</b>	<b>327</b>	
- Gradagem (3)	h/tr	6	2.480	14.880	168	
- Coroamento (5)	h/d	16	400	6.400	72	
- Poda e desbrota	h/d	6	400	2.400	27	
- Aplicacao de agrototoxicos	h/d	1	400	400	5	
- Aplicacao de fertilizantes	h/d	7	400	2.800	32	
- Aplicacao de formicida	h/d	5	400	2.800	23	
<b>3. INSUMOS</b>				<b>53.494</b>	<b>605</b>	
- Mudas+5%replente	unid.	437	40	17.480	198	
- Calcario	t	1,5	7.000	10.500	118	
- Ureia	kg	42	52	2.184	25	
- Supersimples	kg	208	35	7.280	82	
- Formicida	kg	7	150	1.050	12	
- Agrototoxicos	--	verba	--	15.000	170	
<b>T O T A L</b>				<b>142.574</b>	<b>1.613</b>	

FONTE: EMDAGRO

Preços de dezembro/90

Custo Total em horas/trator 21 Cr\$ 67.080,00  
Custo Total em homens/dia 61 Cr\$ 22.000,00

QUADRO 2

Força-de-obra Familiar Assalariamento e Mecanização x Tamanho da Família e Consumidores Atualmente na Unidade Familiar  
Colônia Treze - SE - 1991

AGRICULTORES	ÁREA TOTAL	O Trabalho Familiar na Agricultura (no início do lote e atualmente)												Trabalho Contratado		Trabalho Mecanizado		Número de Filhos (No. de Filhos e Consumidores)						
		Do Chefe	Da Esposa	Dos Filhos Adultos na Unidade (i)		Homens		Mulheres		Permanente	Temporário	Posse de	Contratado	H	M	I	M	I	Outros					
INFORMANTES	PROPRIETÁRIO	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL	INICIAL	ATUAL			
A	545.0	ITT	ISA	INT	NT	-	-	-	-	-	-	-	-	30	300	20	16.000	SIM	-	1	3	12	1	4f.
B	82.0	ITT	ISA	ICOTI	NT	-	-	-	-	-	-	-	-	4	300	20	16.000	SIM	-	1	1	12	3	2f.+2Out
C	74.0	ITT	ISA	INT	NT	14	ICOTI	1	ICOTI	-	-	-	-	1	100	10	11.000	SIM	-	5	1	30	22	2f.
D	56.0	ITT	ISA	ICOTI	NT	-	-	11	ICOTI	-	-	-	-	10	300	20	16.000	SIM	-	2	2	20	3	3f.
E	64.0	ITT	ISA	INT	OU	-	-	11	OU	-	-	-	-	6	?	40	-	SIM	-	1	2	24	8	3f.
F	60.0	ITT	ISA	ICOTI	NT	18	ICOTI	-	-	-	-	-	-	-	?	10	-	NÃO	?	9	2	36	17	11f.
G	8.0	ITT	ISA	ICOTI	COTI	12	ICOTI	-	-	12	IESP	-	-	2	100	2	200	NÃO	SIM?	2	8	36	19	4f.+1n.
H	7.5	ITT	ITL	ICOTI	NT	14	ICOTI	-	-	16	ICOTI	-	-	2	?	?	-	NÃO	SIM?	4	6	47	34	2f.+1n.
I	4.5	ITT	ITT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	2	120	-	NÃO	12h/Tr	2	3	24	15	2f.
J	6.0	ITT	ITT	IESP	NT	*	-	12	ICOTI	-	-	-	-	60	?	?	-	NÃO	6h/Tr	8	4	30	9	3f.e nts

(Continuação do QUADRO 2)

AGRICULTORES	ÁREA TOTAL	Trabalho Familiar na Agricultura (no início do lote e atualmente)				Trabalho Contratado			Trabalho Mecanizado		Números de Filhos (No. del Filhos e Consumidos)												
		Do Chefe	Da Esposa	Dos Filhos Adultos na Unidade (1)	Homens	Mulheres	Permanente	Temporário	Trator	Trator	M	M	M	M	M								
INFORMANTES	IDADE (ha)	Ini	Atu	Ini	Atu	Ini	Atu	Ini	Atu	Dia/IN. Méd.	Total	h/tr	n	e	e	ale	ml						
		ciol	ciol	IN.	Int	IN.	Int	IN.	Int	Pess.	Ano	Pessoal	Pes.										
L	7.5	ITT	ISA	COT	COT	14	COT	12	COT	12	OU	-	100	4	400	NÃO	?	4	6	42	24	6f. e nts	
M	3.0	ITT	ITT	COT	NT	12	COT	12	**COT	-	-	-	-	-	-	NÃO	?	2	1	42	39	5n.	
N	3.0	ITT	ITT	COT	ESP	*	-	11	INT	*	-	-	-	60	6	260	NÃO	**	6	7	43	22	2f. + 2nts
O	1.8	IOU	IOU	COT	COT	-	-	14	IC	-	-	-	-	100	2	200	NÃO	?	4	2	17	11	6f.
P	1.5	ITT	ISA	COT	NT	-	-	-	-	-	-	-	-	60	6	360	NÃO	**	2	-	?	?	-
Q	1.5	ITT	ITT	ESP	ESP	-	-	-	-	-	-	-	-	60	5	300	NÃO	8h/Tr	1	-	3	-	1f.
R	1.5	IOU	IOU	COT	NT	12	ESP	-	12	COT	-	-	20	2	40	NÃO	?	4	3	31	26	4f. + 1n.	
S	1.5	ITT	ITT	ESP	NT	12	COT	-	11	NT	-	-	-	60	5	300	NÃO	?	2	3	29	20	1f. + 1n.
T	0.9	ITT	ITT	COT	ESP	13	COT	-	12	COT	-	-	-	**	-	-	NÃO	**	3	2	50	46	1f.
U	-	ITT	IOU	ESP	NT	14	ESP	-	11	ESP	-	-	-	-	-	-	NÃO	-	4	1	30	10	2f.

Fonte: Pesquisa de Campo

- Legenda: TT - Em todas as tarefas  
 TL - Nas tarefas mais leves  
 SA - Somente na Administração  
 OU - Outros (comércio, professores, costuras, etc.)  
 COT - Cotidiano  
 ESP - Esporádico  
 NT - Não trabalha  
 NA - Não se aplica
- (1) Morando ou não na unidade  
 (\*\*) Não pode pagar; plantas juntas  
 f - filho  
 n - neto

QUADRO 3

Relação dos Produtores com Terra - Antes do Treze Atualmente; Idade, Escolaridade e Profissão do Treze.

AGRICULTORES	TAMANHO DA TERRA			RELAÇÃO COM A COOPERATIVA (ha)		INÍCIO DA PRODUÇÃO		IDADE DO TREZE		ESCOLARIDADE		PROFISSÃO PRINCIPAL E ESPOSA		
	ANTES DO TREZE	PARA O TREZE	ATUAL DO TREZE	ANO DE INGRESSO (1)	ANO DE REGRESSO	1969	1971	1969	1971	1969	1971	ANTES DO TREZE	EM 1991	
A	-	1,5	545,0	C	1969	-	1969	44	22	3		Agricultor(Terra do pai)	38	4
B	-	1,5	82,0	C	1969	-	1969	47	25	3		Agricultor(Diarista)	37	3
C	-	45,0	74,0	C	1984	-	1965	56	30	3		Agricultor(Terra do pai)	52	3
D	-	45,0	56,0	NF	-	-	1971	58	38	3		Agricultor(Terra do pai)	38	6
E	1,2	7,5	64,0	C	1976	-	1976	49	34	4		Agricultor(Ter. própria)	45	6
F	6,0*	7,5	60,0	FS	1976	1977	1976	58	43	2		Agricultor(Ter. própria)	59	2
G	12,0*	8,0	8,0	C	1963	1988	1984*	68	61	2		Agricultor(Ter. própria)	60	3
H	5,1*	1,5	7,5	C	1969	-	1969	73	51	3		Agricultor(Diarista)	72	3
I	0,9*	4,8	4,8	C	1968	-	1966	55	32	3		Agr.(Diarista e Artesão)	56	3
J	3,0*	7,5	6,0	C	1969	-	1970	49	27	3		Agricultor(Ter. própria)	46	3
L	18,0*	10,5	7,5	C	1966	-	1966	74	49	4		Agricultor(Ter. própria)	60	3
M	0,6*	7,2	3,0	C	1966	-	1966	68	43	3		Agricultor(Ter. própria)	63	1
		17,2												
N	1,5	3,0	3,0	FeS	1962	1966	1959	69	40	1		Agricultor(Ter. própria)	59	3
		12,0												
D	-	5,0	1,0	Cn	1976	1977	1974	43	26	2		Agricultor(Terra do pai)	36	3
P	-	1,5	1,5	NF	-	-	1964	52	25	3		Agricultor	44	2
Q	-	1,5	1,5	C	1979*	-	1974	38	26	3		Agric. e caminhoneiro	38	3
R	-	1,5	1,5	C	1971	-	1971	66	46	1		Carpinteiro	56	33
S	-	1,5	1,5	C	1971	-	1971	50	30	3		Agric.(Diar. e reideiro)	55	3
T	1,5	4,81	0,9	FS	1970	1974	1970	70	49	2		Agricultor(Diarista)	67	1
		0,91												
U	1,2	3,0	-	FS	1968	1976	1967	61	37	3		Agricultor(Pedreiro)	51	3

Fonte: Pesquisa de Campo

O produtor B morava no Treze desde 1954, mas ainda era menor de idade. Diarista pela comida na companhia de um parente

Legenda: Escalonidade 1 - analfabeto; 2 só assina o nome; 3 - 1o. grau incompleto; 4 - 1o. grau completo; 5 - 2o. grau incompleto; 6 - 2o. grau completo; 7 - acima do 2o. grau.

(1) C - Cooperado; FS - Foi e saiu; NF - Nunca foi.

\* - Terras ruins que não se adaptavam para laranja (Antes eram cultivos de subsistência e gado pé duro - renda muito baixa.



QUADRO 4

Diversificação das Explorações Agropecuárias Segundo as Estratégias dos Produtores - Ano Agrícola 90/91 - Colônia Treze - SE, 1991.

AGRICULTORES	ÁREA TOTAL	ÁREA ARRENDADA	EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS								O USO DO CRÉDITO DE CUSTEIO			
			Mara-cujá	Fumo	Maniôca	Cult. Subsist.	Côco	Outras Frutíferas	Pecuária	Aa	Pp	Dt	Nt	
A	545,0		****242,0	X	-	X	X	-	X	1303,0	X	X		
B	82,0		24,0	X	-	X	X	X	X	58,0	X			
C	74,0		** 27,0	-	-	-	X	-	-	47,0	X	X		
D	56,0		** 51,0	-	X	X	X	-	-	X	X		+6	
E	64,0		*** 25,0	-	-	X	X	-	-	39,0				
F	60,0		* 18,0	-	1,5"	-	X	-	-	42,0			+10	
G	8,0		** 7,2	0,3	-	-0,3	1,5	-	0,3	-	X	X		
H	7,5		** 7,0	0,6	X"	0,3	0,3	-	-	-	X	X		
I	4,5		3,9	-	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	-	X	X		
J	6,0		*** 6,0	-	0,3	0,3	-0,3	-0,3	-	-	X		+5	
L	7,5		* 7,5	X	1,5"	-	-	-	-	-	X		+4	
H	3,0		* 1,5	-	1,5'	1,5'	1,5	-	-	-			+10	
N	3,0		* 3,0	-	-	0,3	0,3	-	-	-			+14	
O	1,8	1,2	** 1,2	1,2	-	0,4	X	-	-	-			+6	
P	1,5		* 1,5	-	-	-	-	-	-	-				X
Q	1,5	1,5	** 1,5	-	1,5	0,3	-0,3	-	-	-	X	X		
R	1,5	2,1	* 1,5	1,5	2,1	1,5	1,5	-0,3	-	-			+3	
S	1,5		* 0,7	-0,3	0,9	-0,3	-0,3	-	-	-				+3
T	0,9	-0,3	* 0,3	-	-	-0,3	-0,3	-	-	-				+3
U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				

Legenda sobre Créditos:

Aa - Assiduamente Antes

Pp - Para Produção 90/91

Dt - Há ("X" anos) deixou de tomar crédito

Nt - Nunca Tomou crédito

(\*) 1 a 2 pomares de 1 a 2 idades diferentes

(\*\*) 3 a 4 pomares de 3 a 4 idades diferentes

(\*\*\*) 5 a 6 pomares de 5 a 6 idades diferentes

(\*\*\*\*) Mais de 20 pomares a mais de 20 idades diferentes

"X" - Indica que o produtor produz, mas não informou o tamanho da parcela

- Nos cultivos de subsistência contém: milho, feijão, inhame, batata, abóbora, amendoim etc.

- Outros frutíferos contém: mamão, jaca, banana, abacaxi em torno de 1ha cada parcela

(") - Plantio para os filhos.

QUADRO 5

Atividades Agropecuárias e Atividades Complementares na Renda dos Produtores do Treze -Se, 1991

		RESUMO DAS ATIVIDADES/ FOTES DE RENDA FAMILIAR																						
AGRICULTORES	ÁREA TOTAL	AGROPECUÁRIA						C O M É R C I O						OUTROS										
		PROPRIEDADE (ha)	Laranja	Mara-cujá	Mandioca local	Fumo	Cult. Sub-sist.	Pecuária	Gado	Viveiros	Excentos	Leite	Insulim	Açúcar	Supermercado	Bodega	Bancal	Laranja	Mara-cujá	Fumo	Func. (Púb. ou d. Coop.)	Apoio	Aluguel	Pe. Idr.
A	545,0	X	X	X		X	X	X	X				X											
B	82,0	X	X	X		X	X	X	X															
C	74,0	X				X	X	X			X	X												
D	56,0	X		X	X		X	X												X				
E	64,0	X		X		X	X	X						X			X							
F	60,0	X				X	X	X												X				
G	8,0	X	X	X		X				X														
H	7,5	X	X	X	X	X				X														
I	4,5	X	X	X		X				X						X								
J	6,0	X	X	X		X				X						X								
L	7,5	X	X		X														X	X	X			
M	3,0	X		X	X																			
N	3,0	X		X		X								X							X			
O	1,8	X	X	X		X									X	X	X							
P	1,5	X																				X	X	
Q	1,5	X		X	X	X																		
R	1,5	X	X	X	X	X														X				
S	1,5	X	X	X		X								X										
T	0,9	X		X		X				X											X			
J	-																							X

BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA COOPERATIVA SEGUNDO OS INFORMANTES.  
Colônia Treze - Sergipe

E S P E C I F I C A Ç Ã O	A G R I C U L T O R E S I N F O R M A N T E S																			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
AREA DA PROPRIEDADE (ha)	1545,01	82,01	74,01	56,01	64,01	60,01	8,01	7,51	4,81	6,01	7,51	3,01	3,01	1,81	1,51	1,51	1,51	1,51	0,91	-
Terra	X	X	-	-	X	X	X		X	X	X	X		X					X	
Crédito Agrícola p/investimento Pomar-laranja	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X
Financiamento de casa,depósito,cisterna etc.	X	X	-	-	-	-	X	X	?	X	X	?	*	-	-	-	-	X	X	-
Financiamento do viveiro(10 anos de prazo)	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reescalonamento do débito	?	X	-	-	-	-	?	X	?	?	?	X	?	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Agrícola para custeio	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	-
Serviços de tratores	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	X	-	-	-
Aubos e mudas	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X
Compra Antecipada da Produção - CAP	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	-	-
Pagamento Pontual da Produção	X	X	-	-	-	-	?	X	?	?	?	-	?	-	-	-	-	-	-	-
Preço bom compatível com o mercado	X	X	-	-	X	-	?	X	?	X	X	-	?	-	-	X	-	-	-	-
Assistência Técnica da EMATER-SE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	?	-	-	X	X	-	-	-
Escoamento da Produção de Laranja,maracujá e fumo	X	X	-	-	-	-	?	X	-	?	X	?	?	-	-	-	-	-	-	-
Facilidades no atendimento pelos administradores	?	?	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	?	X	?	-	-	-	-	-



QUADRO 7

Forma de aquisição da terra pelos informantes

PRODUTOR/ INFORMANTE	COOPERATIVA	SÓCIOS/ DESISTENTES	TERCEIROS	OUTROS
A	X	X	X	
B	X	X	X	
C				X recebeu do pai
D				X recebeu do pai
E	X	X	X	
F	X	X	X	
G	X	X	X	
H		X		
I	X			
J	X			
L	X			
M	X	X	X	
N				X doação do colonizador
O	X	X		
P			X	
Q		X		
R	X			
S		X		
T	X		X	
U			X	

Fonte: Pesquisa de campo



QUADRO B  
CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE 1ha DE MARACUJÁ

ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	UNID. DE MEDIDA	1o. Ano QUANTIDADE	Cr\$
<b>1. CUSTOS VARIÁVEIS (CV)</b>				<b>13.250.501</b>
<b>1.1. INSUMOS</b>				<b>3.075.760</b>
Mudas +5% Replante	2.000	Uma	700	1.400.000
Calcário Dolomítico	139.000	t	1	139.000
Ureia	1.213	kg	260	315.380
Superf. de calcio simples	1.377	kg	600	826.200
Cloreto de Potácio	1.344	kg	130	174.720
Dipterex	57.130	l	2	114.260
Dithane M-45	45.960	kg	1	47.700
Cupravit Azul	47.700	kg	1	47.700
Formicida (Mirex)	5.400	kg	2	10.800
<b>1.2. PREPARO DO SOLO</b>				<b>2.010.000</b>
Desmatamento e destoca	120.000	h/mq	10	1.200.000
Encoivramento e queima	15.000	h/d	6	90.000
Aplicação de calcário	15.000	h/d	1	15.000
Aração e gradagem	60.000	h/tr	5	300.000
Marcação da área	15.000	h/d	1	15.000
Marcação para postes	15.000	h/d	7	105.000
Coveamento para mudas	15.000	h/d	5	75.000
Aplicação de fertilizantes	15.000	h/d	1	15.000
Espaldeiramento	15.000	h/d	13	195.000
<b>1.3. PLANTIO</b>				<b>75.000</b>
Plantio + replantio	15.000	h/d	3	45.000
Tutoramento	15.000	h/d	2	30.000
<b>1.4. TRATOS CULTURAIS</b>				<b>1.575.000</b>
Poda de formação	15.000	h/d	17	255.000
Poda de limpeza	15.000	h/d		
Limpas em faixa (3)	15.000	h/d	27	405.000
Roçagem (3)	15.000	h/d	18	270.000
Limpa total (3)	15.000	h/d	18	270.000
Aplicação de Agrotóxicos	30.000	h/d	6	180.000
Aplicação de fertilizantes	15.000	h/d	3	45.000
Polinização (4)	15.000	h/d	10	150.000
<b>1.5. MATERIAIS</b>				<b>5.839.741</b>
Arame no. 14	11.800	kg	150	1.770.000
Cordão	10.147	rolo	3	30.441
Grampos	9.650	Um	2	19.300
Postes	6.000	Um	670	4.020.000
<b>1.6. COLHEITA</b>	<b>15.000</b>	<b>h/d</b>	<b>45</b>	<b>675.000</b>
<b>2. CUSTOS FIXOS (CF)</b>				<b>920.000</b>
2.1. Administração (10% s/Sal.Min/mes)	522.187			678.843
2.2. Encargos (35,4% s/Administ.)				240.000
2.3. Imposto territorial (0,2% VTN)	800.000			1.600
<b>3. DEPRECIÇÃO DO MARACUJAZAL</b>				<b>6.625.251</b>
<b>CUSTO TOTAL (CT)</b>				<b>19.875.752</b>

Fonte: ENDAGRO-SE

**QUADRO 9**  
**CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE 1ha DE MANDIOCA**  
**(SOLTEIRA)**

E S P E C I F I C A Ç A O	VALOR UNITÁRIO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	1o. Ano CUSTO C/
<b>1. CUSTO VARIÁVEL (CV)</b>				<b>1.522.50</b>
<b>1.1. INSUMOS</b>				
Ureia	1.213	kg	100	407.00
Superf. de calcio simples	1.377	kg	200	121.00
Mirex	5.400	kg	2	10.00
<b>1.2. PREPARO DO SOLO</b>				<b>275.00</b>
Rocagem (limpeza de área)	15.000	h/d	5	75.00
Aração	40.000	Sv.A.D.	3	120.00
Gradagem	40.000	Sv.A.D.	2	80.00
<b>1.3. PLANTIO</b>				<b>160.00</b>
Seleção, preparo e distribuição de manivas	40.000	Sv.A.D.	2	80.00
Marcação, abertura e cobertura de sulcos	40.000	Sv.A.D.	2	80.00
<b>1.4. TRATOS CULTURAIS</b>				<b>455.00</b>
Capinas (tração animal)	40.000	Sv.A.D.	2	80.00
Retoque a enxada	15.000	h/d	20	300.00
Aplicação de fertilizantes	15.000	h/d	3	45.00
Aplicação de agrotóxicos	30.000	h/d	1	30.00
<b>1.5. COLHEITA</b>	<b>15.000</b>	<b>h/d</b>	<b>15</b>	<b>225.00</b>
<b>2. CUSTOS FIXOS (CF)</b>				<b>920.70</b>
2.1. Administração (10% s/Sal.Min/mês)	522.187			678.80
2.2. Encargos (35,4% s/Administra.)				240.30
2.3. Imposto territorial (0,2% VTN)	800.000			1.60
<b>CUSTO TOTAL (CT)</b>				<b>2.443.20</b>

Fonte: EM DAGRO-SE

Preço de setembro/92

QUADRO 10

CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE 1ha DE FUMO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL Cr\$
<b>1. PREPARO DO SOLO E PLANTIO</b>				<b>310.000</b>
Limpeza do terreno	10.000	h/d	10	100.000
Coveamento	10.000	h/d	15	150.000
Plntio	10.000	h/d	6	60.000
<b>2. INSUMOS</b>				<b>1.391.000</b>
Sulfato de amonia	35.000	saco	3	105.000
Superfosfato simples	58.000	saco	4	232.000
Sulfato de potássio	40.000	saco	2	80.000
Torta de mamona	24.000	saco	36	864.000
Formicida	7.000	kg	5	35.000
Inseticida	75.000	litro	1	75.000
<b>3. TRATOS CULTURAIS/COLHEITA</b>				<b>2.100.000</b>
Capina	10.000	h/d	80	800.000
Aplicação de adubo	10.000	h/d	10	100.000
Aplicação de veneno	10.000	h/d	3	30.000
Capação	10.000	h/d	7	70.000
Desolha	10.000	h/d	30	300.000
Corte e dependura	10.000	h/d	20	200.000
Feita e cura	10.000	h/d	60	600.000

CUSTO TOTAL (CT)

3.801.000

Fonte:EMDAGRO-SE - Colônia Treze  
Preço de setembro/92

QUADRO 11

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

Culturas de Laranja, Maracujá, Mandioca e Fumo.

CULTURAS		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
LARANJA	-Implantação	S	S	P	F	F	T	T	T	T	T	C	T
	-Formação		T	T	T	T	T	T	T	T		T	
	-Produção	T	T	T	T	S	C	C	C	T	T	T	T
MARACUJÁ	-Implantação	S	S	P	P	P	T	T	T	T	T	P	T
	-Produção	P	T	T	T	P	P	T	T	T		T	P
MANDIOCA	-Implantação		S	P	T	S	T	T	T	T	T	T	T
FUMO	-Implantação		S	S	P	P	P	P	T	T	T	T	T

| S | PREPARO DO SOLO S

| P | PLANTIO P

| T | TRATOS CULTURAIS T

| C | COLHEITA C